

filantropia & gestão social

Comunicação

Comunidades em locais de difícil acesso recebem atendimento

Administração

Como as pequenas instituições podem conquistar investidores para seus projetos

Especial

Realidade da inclusão de deficientes visuais na escola

Brasil – Edição 44 – Jan./Fev. – 2010



Nova Lei da Filantropia

Lei nº 12.101 altera os rumos da certificação das entidades beneficentes de assistência social



Secretário-geral da ONU fala sobre as ações da organização, as expectativas para 2010 e a busca pela paz mundial

Entrevista
Ban Ki-Moon





Instituto **CRESCER** para a cidadania

- > Programas de inclusão digital
- > Projetos de educação ambiental
- > Programa jovem aprendiz
- > Construção de política de responsabilidade social
- > Avaliação e monitoramento de projetos sociais
- > Diagnóstico socioambiental
- > Projetos de arte educação
- > Formação de professores para uso de novas tecnologias
- > Programas de qualificação profissional

Protagonismo juvenil

Desenvolvimento comunitário

Articulação interinstitucional



Onde atuamos

“Desenvolvendo pessoas e organizações para o exercício pleno da cidadania”

www.institutocrescer.org.br

institutocrescer@institutocrescer.org.br

Rua Cubatão, 929, cj 101 - São Paulo - SP
(11) 5908-8644 / 5908-8654



Sumário



04

Entrevista

Ban Ki-Moon

Secretário-geral da ONU conta as ações realizadas pela organização e as expectativas para 2010



34

Capa

Nova Lei da Filantropia

Lei publicada no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2009 altera processos de certificação das entidades beneficentes



42

Especial

ABC do Braille

Matéria especial mostra como é a realidade dos alunos com deficiência visual nas escolas



50

Meio Ambiente

Cada um colhe o que planta

Especialista opina sobre a United Nations Climate Conference (COP15) e seus desdobramentos para o planeta

Acontece	08	Legislação	28
Ponto de Vista	14	Sustentabilidade	44
Captação de Recursos	16	Responsabilidade Social	52
Comunicação	18	Case Empresarial	54
Administração	20	DataFilantropia	56
Contabilidade	22	Serviços	58
Voluntariado	24	Geração de Renda	62
		Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br
Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br
Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br
Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Coordenadora de Gestão Social
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Departamento de Eventos
Carolina Brascioli
Rogério Ramos Costa
Atendimento
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Raquel Siqueira Gomes
Colaboradores
Luciano Guimarães
Paula Craveiro
Valeuska de Vassimon

Coordenação de Arte
Adriano Aguina
Assistente de Arte
Rafael Sarto
Assistente Editorial
Cristiane Gonçalves Cabral
Diagramação
Karine dos Santos Barbosa
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes
Viviane Siqueira Vilela
Controle Editorial
Janaina Beltrame dos Santos
Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues
Revisão
Angela Satomi Kajita
Angélica Beatriz Halcsik
Melina Marin de Castro

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

É tempo de recomeçar

Mais um ano chegou! Com ele, expectativas e esperanças renovadas, metas e planos para moldar o caminho, que ainda se mostra livre para novas ações, seja na vida pessoal ou nas atividades das organizações sociais.

Junto com mais um início, chega também uma novidade importantíssima para o Terceiro Setor – que vai mudar, e muito, as características legais e contábeis das organizações. É a Nova Lei da Filantropia, tema da matéria de capa desta edição, que tem como uma de suas principais características a mudança no processo de certificação. Agora, as instituições de saúde, educação e assistência social devem solicitar seus certificados de entidades beneficentes para os respectivos Ministérios – como se existissem “três CNAS”, os pedidos serão direcionados de acordo com a atuação da organização. Mesmo que ainda exista a espera por uma regulamentação, a legislação já está em vigor desde 30 de novembro de 2009, data de sua publicação. Por isso, é preciso se adaptar às novas regras o quanto antes.

Opiniões divididas quanto à lei, que ainda é novidade para todos, e muitas dúvidas sobre o assunto pairam nas organizações. É hora de refletir, adquirir informações e mudar! A Nova Lei da Filantropia representa um momento de adaptação intensa e um marco inovador para o Terceiro Setor.

Falando em marcos, não poderíamos deixar de prestar nossa homenagem à Zilda Arns, mulher que dedicou sua vida às causas sociais. Indicada ao Prêmio Nobel da Paz, começou a trabalhar com crianças em 1955 em um hospital e, desde então, realizou obras brilhantes, especialmente por meio da Pastoral da Criança, criada há 26 anos. Estima-se que cerca de 2 milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes sejam acompanhadas mensalmente pela organização.

Em entrevista dada à **Revista Filantropia** em março de 2003, Zilda demonstrou sua dedicação ao próximo com clareza. “Tem muito trabalho a ser feito, pois há tantas pessoas pobres que necessitam de ajuda. Por isso, nós temos que continuar para consolidar este trabalho, e que mais pessoas participem desse voluntariado. Se eu morresse hoje, diria: ‘Meu Deus, muito obrigada pela oportunidade que me deu na vida’”.

Para nós, fica a saudade de uma figura tão importante e inspiradora, mas também o exemplo de alguém que lutou e se dedicou de fato pelo desenvolvimento da sociedade.

Thais Iannarelli

thais.mi@revistafilantropia.com.br

Marcio Zeppelini

marcio@zeppelini.com.br



Divulgação

Saci-Pererê Nordestino, de Gustavo Alexandre Farias dos Santos. O trabalho do aluno, que está na 2ª série da Escola Municipal Maria Ignês Blanco Abreu de Mairinque (SP), alia elementos de cultura popular com temas da atualidade – Programa Fura-Bolo, Fundação Cargill



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br



Nações Unidas pelo

Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, fala sobre as ações e

Por Thaís Iannarelli

Com o objetivo de facilitar o desenvolvimento do direito internacional, da economia, da área social e dos direitos humanos, assim como da paz mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. Com o tempo, tomou proporção mundial e, atualmente, conta com 192 países-membros. Em janeiro de 2007, Ban Ki-Moon tornou-se secretário-geral da ONU, cargo mais alto da organização, como sucessor de Kofi Annan.

Nascido na República da Coreia, suas relações com o órgão internacional começaram em 1975, quando trabalhava para a Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores. Depois, tornou-se primeiro-secretário da Missão Permanente da República da Coreia junto à ONU, em Nova York. Em Seul, na Coreia, também atuou com as Nações Unidas e, em 1999, tornou-se embaixador em Viena, quando foi presidente da comissão preparatória da Organização do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares.

Durante seu mandato, que vai até 2011, já enfrentou e está preparado para enfrentar os próximos desafios e problemas sociais, além dos desastres naturais que assolam o mundo.



desenvolvimento

expectativas da organização para 2010

Revista Filantropia: *Quais são as principais metas da ONU para 2010?*

Ban Ki-Moon: Tenho algumas prioridades para este ano. Primeiramente, será renovar nosso foco no desenvolvimento sustentável. Há uma década, o mundo se reuniu para fazer um esforço de 15 anos para combater a pobreza, a fome e as doenças. Estamos entrando no décimo ano com uma visão do sucesso. Assim como nos mobilizamos para lutar contra as mudanças climáticas, neste ano devemos nos mobilizar para alcançar os Objetivos do Milênio. Há um ano, parecia que essa causa nobre teria que esperar, porque a economia mundial estava em decadência. Hoje, o cenário é diferente. Os mercados deram a volta por cima, e o crescimento econômico voltou, especialmente nos países em desenvolvimento. Mesmo assim, ainda estamos longe de poder comemorar.

RF: *Por que não há motivos para comemorar?*

BKM: Uma recuperação verdadeira e sustentável demanda soluções para os nossos maiores problemas, como a pobreza extrema, a crise dos alimentos e a necessidade da energia limpa. Em todos os lugares, as pessoas ainda sofrem. Mesmo nos países mais ricos, elas têm medo de perder seus empregos. Sem falar nos mais pobres, especialmente nos países menos desenvolvidos. Eles vivem com medo de não ter comida na mesa, ou de não ter um teto sobre suas cabeças. Escapar da pobreza, oferecendo às pessoas mais pobres uma perspectiva de esperança em vez de desespero. Tudo isso clama por soluções econômicas duradouras.

RF: *Quais são as ações que a ONU pode realizar para apoiar esse desenvolvimento?*

BKM: Precisamos de cooperação em relação à pobreza, à fome, ao gênero, ao empoderamento e a trabalhos

Este é um momento multilateral novo, no qual todas as nações reconhecem que existe uma nova geração de desafios globais, que podem ser resolvidos com o trabalho em equipe



decentes para todos. Um dos passos será um evento especial sobre os Objetivos do Milênio, que acontecerá em setembro. Precisamos nos preparar para a ocasião com antecedência, mobilizando a família ONU para construir um consenso global de ação, que seja prático, focado e dinâmico. Também no começo do ano pretendo lançar um painel sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável e, em junho, espero apresentar um protótipo do Sistema de Alerta de Impacto Global e Vulnerabilidade, que nos dará dados em tempo real sobre as condições socioeconômicas pelo mundo. Além disso, precisamos inovar em relação à saúde, ao Fundo Global da Aids, Tuberculose e Malária.

RF: E as ações em relação ao clima?

BKM: Copenhague já foi um passo importante, mas há muito a ser feito. Primeiro, trabalharei com alguns

líderes globais para que apoiem o México, que assumiu a liderança das negociações da United Nations Framework Convention on Climate Change, desenvolvida em Copenhague. Também precisamos ser mais ambiciosos. Os compromissos feitos até agora não chegam à questão científica, de fazer com que a temperatura global suba menos de 2°C.

RF: O mundo vive um momento de extrema violência e falta de segurança. Quais são as possíveis soluções para se amenizar esse problema?

BKM: Vamos continuar a preparar as ferramentas para responder a crises. Nossa capacidade de mediação e diplomacia preventiva nos coloca em uma posição melhor para propor soluções políticas para conflitos antes que eles se agravem. No caminho da manutenção da paz, vamos continuar a implementação da iniciativa New Horizon, que pretende identificar novos dilemas e maneiras de lidar com eles. Pretendemos também trabalhar com as organizações regionais, como já fazemos em algumas regiões da África. Também estamos preparados para 2010, que pode trazer crises humanitárias e políticas imprevisíveis, porque haverá eleições no Iraque, Sudão e Mianmar. Da mesma forma, o Afeganistão e o Paquistão continuarão a demandar nossos esforços, assim como as situações do Iêmen e da República Democrática do Congo. No Oriente Médio, um ano depois do conflito da Faixa de Gaza, precisamos encontrar novas abordagens para encarar os desafios humanitários da população.

RF: Quais são as expectativas para a atuação da ONU?

BKM: Gostaríamos de fortalecer a organização por um mundo melhor. Como sempre digo, este é um momento multilateral novo, no qual todas as nações reconhecem que existe uma nova geração de desafios globais, que podem ser resolvidos com o trabalho em equipe. A ONU é a única organização genuinamente universal capaz de lidar com os desafios globais atuais. A única que pode conectar os esforços em comum. Nos últimos anos, fizemos grandes progressos em realinhar as Nações Unidas com as realidades globais, mas precisamos continuar mudando com o tempo. Então, o objetivo é que construamos uma força de trabalho flexível para o século 21, com investimentos no nosso capital humano. Com essas ações, as Nações Unidas poderão reagir com mais rapidez e eficiência às demandas globais.

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





Aves estão entre os principais animais que sofrem maus tratos

Divulgação

Rejeição de penas mais duras para crimes contra animais

A Comissão de Meio Ambiente rejeitou em 25 de novembro o projeto de lei nº 5.407/09, do deputado Capitão Assunção (PSB-ES), que aumenta a pena para o crime de abuso ou maus tratos a animais e torna esses delitos inafiançáveis. Caso não haja recurso para que o projeto seja votado em plenário, será arquivado. O relator da proposta na comissão, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), considerou a medida inócua. Mendes avalia ainda que a falta de controle sobre os maus tratos contra os animais não decorre da leveza da pena prevista na Lei de Crimes Ambientais (lei nº 9.605/98), mas sim da ausência do Estado na fiscalização e no monitoramento do uso dos recursos naturais e no combate aos comportamentos e ações ilícitos.

 www.camara.gov.br



Vereadora Mara Gabrielli, autora do projeto de lei que cria o Programa Censo Inclusão

David Negri

Censo das pessoas com deficiência em SP

Foi aprovado em 8 de dezembro, na Câmara dos Vereadores de São Paulo, projeto de lei da vereadora Mara Gabrielli que cria o Programa Censo Inclusão. O programa tem o objetivo de mapear as pessoas com deficiência que vivem na cidade de São Paulo. O levantamento trará dados reais a respeito do segmento na capital, propiciando a elaboração de ações e políticas públicas específicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência. O texto do projeto prevê que o levantamento seja feito a cada quatro anos, pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED), que também será responsável por fazer parcerias e convênios necessários à sua realização. Por conta da possibilidade de aprovação da lei, a vereadora já alocou R\$ 500 mil de suas emendas parlamentares à Secretaria, para que seja utilizada para o censo. O projeto de lei seguiu para sanção ou veto do prefeito de São Paulo.

 www.camara.sp.gov.br



Papai Noel incentiva a redução do uso de sacolas plásticas

Arquivo Brasil/ABR

Campanha Saco é um Saco

Organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, a campanha Saco é um Saco tem como objetivo incentivar os consumidores a reduzir o uso de sacolas plásticas nas compras. Mobilizações aconteceram em estações de metrô do Rio de Janeiro e Brasília em dezembro de 2009. Na ocasião, um Papai Noel distribuiu sacolas retornáveis aos passageiros e deu dicas de consumo consciente, como o uso de carrinhos de feira ou caixas de papelão como alternativas para transportar as compras. Segundos dados do ministério, a cada ano mais de 500 bilhões de sacolas plásticas são descartadas em todo o mundo, o que contribui para agravar enchentes e poluir mares, lagos e rios.

 www.mma.gov.br



Ronei Alves, presidente da Centcoop do DF, discursa durante solenidade de transferência de áreas da União para a central

Ara Nascimento/MD5

União cede terrenos no DF para cooperativa de catadores

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), cedeu, em 10 de dezembro, quatro terrenos para a Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno (Centcoop/DF). A área, no total, mede 16 hectares, o equivalente a 16 campos oficiais de futebol. A iniciativa deve beneficiar 20 cooperativas e mais de 15 mil pessoas. Os terrenos serão utilizados para a construção de galpões de trabalho e capacitação. Para o presidente da Centcoop/DF, Ronei da Silva, a entrega dos terrenos tem singular importância. "Ganhamos mais que terrenos; o grupo ganhou cidadania. Teremos melhores condições de trabalho e mais acesso a serviços como educação, já que trabalharemos com horário e teremos mais tempo para capacitação", ressalta.

 www.mds.gov.br



Patrus Ananias fala sobre o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Erradicação da fome até 2015

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, sobre o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e as ações do governo para conter a fome, o ministro do MDS, Patrus Ananias, disse que está confiante que o país atingirá, até 2015, a meta do milênio de erradicar a fome. Ele lembrou que 19 milhões de brasileiros já saíram da linha da pobreza extrema e que programas sociais como o Bolsa Família funcionam como referência internacional. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que também participou da entrevista, ressaltou que a preocupação do governo não deve ser somente a de quem recebe o benefício de modo indevido, mas quem ainda está fora do programa.

www.mds.gov.br



Márcio Meira, presidente da Funai, na 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

Indígenas discutem educação nas aldeias

A qualificação de professores e a adequação da infraestrutura das escolas são os maiores desafios para levar o Ensino Fundamental às populações indígenas, de acordo com Gerser Baniwa, coordenador geral de educação indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação. O país tem hoje cerca de 2,6 mil escolas para uma população de mais de 200 mil indígenas. Dos 12 mil professores de áreas indígenas, 36% pertencem às comunidades. Baniwa acredita que a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei), em Luziânia (GO), foi um marco histórico, uma vez que discutiu as reivindicações das comunidades. O evento reuniu especialistas, educadores e comunidades indígenas de todo o país e contou com a presença de 600 delegados, que representam 210 povos.

www.mec.gov.br

Direitos da Criança e do Adolescente

Entre 7 e 10 de dezembro de 2009 aconteceu, em Brasília, a 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Cidade dos Direitos. Promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o encontro reuniu 1,8 mil delegados eleitos em todo o país – entre eles, 600 crianças e adolescentes – para discutir as diretrizes do plano para a área nos próximos dez anos. Em um ambiente interativo, a Cidade dos Direitos reproduz uma comunidade com suas principais instituições para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, como prefeitura, ministério público e conselho tutelar. A proposta da cidade é proporcionar conhecimento sobre direitos humanos de forma lúdica, didática e interativa.

www.sedh.gov.br

Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas (lei nº 12.014/09). A sanção foi publicada em 10 de dezembro no Diário Oficial da União (D.O.U.) e ocorreu no momento em que representantes de diversos países discutiam as transformações do clima na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, Dinamarca. O fundo busca assegurar recursos para projetos e ações que contribuam para a mitigação da mudança do clima e adaptação a seus efeitos. O texto da lei determina que o fundo ficará vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e será administrado por um comitê formado por representantes do governo federal e da sociedade civil.

www.mma.gov.br

Transplantes

O Brasil tem a maior rede pública de transplantes no mundo e vem registrando um aumento gradativo no número de cirurgias. De acordo com a coordenadora do Sistema Nacional de Transplantes, Rosana Nothen, apesar da tendência de aumento desde 2006, o número de doadores efetivos é de 8,6 para cada milhão de habitantes. De acordo com dados da Secretaria de Saúde de São Paulo, até outubro de 2009 foram registrados 543 doadores viáveis no Estado, o que representa 11,7% a mais do que o registrado em 2008. No mesmo período, os dados mostram que foram realizados 77 transplantes de coração, 98 de pâncreas, 801 de rim, 443 de fígado e 24 de pulmão. De acordo com o Ministério da Saúde, no primeiro semestre de 2009, o transplante de rim aumentou 30,28% em relação ao mesmo período de 2008, e o de fígado, 23,17%.

www.saude.gov.br

Consolidação do Suas

Representantes de entidades da sociedade civil defenderam, em 30 de novembro, a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), criado em 2005, mas que ainda não foi regulamentado por lei. O projeto de lei está em tramitação na Câmara e ainda deve passar pelo Senado. Criado a partir de um pacto entre os governos municipais, estaduais e federal, o sistema inclui benefícios e serviços como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Benefício da Prestação Continuada, o ProJovem e iniciativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Márcia Maria Pinheiro, defendeu a aprovação do PL como uma das prioridades. “Temos de lutar pela consolidação das conquistas que a legislação de assistência social garantiu nesses últimos anos”.

www.mds.gov.br



Vencedores da 2ª edição do Prêmio Varejo Sustentável

2ª Edição do Prêmio Varejo Sustentável

O Walmart Brasil anunciou em 1º de dezembro os vencedores da 2ª edição do Prêmio Varejo Sustentável – que conta com o apoio do WWF e do Instituto Envolverde. Quatro estudantes foram reconhecidos por apresentarem os melhores projetos com alternativas inovadoras para o desenvolvimento sustentável do varejo no país. O prêmio tem o objetivo de levar a discussão da sustentabilidade no varejo para a esfera acadêmica e reafirmar o conceito que orienta as diretrizes corporativas do Walmart. O autor do melhor projeto irá à matriz do grupo, nos Estados Unidos, e à sede brasileira, em São Paulo, para visita técnica. O segundo e terceiro colocados ganharam um notebook, além de participarem da mesma visita em São Paulo. Os projetos escolhidos pelo Walmart para implementação receberão prêmio adicional de R\$ 12 mil.

www.premiovarejosustentavel.com.br



Sala de informática do projeto NET Comunidade

NET Comunidade em São Paulo

Em novembro passado, a NET lançou em São Paulo o projeto social NET Comunidade, que oferecerá a crianças, jovens e adultos oficinas de jornalismo, fotografia, mídias digitais e produção e linguagem audiovisual. O projeto tem parceria com a Prefeitura de São Paulo, Instituto Asas e ONG Cidade Escola Aprendiz, e está instalado na Incubadora de Projetos Sociais. “Seu objetivo é incentivar o protagonismo da comunidade na transformação social, tendo como grande eixo de trabalho a Educomunicação”, diz Daniely Gomiero, gerente de Responsabilidade Social da NET. O NET Comunidade é aberto a toda a família. As oficinas são gratuitas e não há restrição de idade para participar. Além disso, o espaço é equipado com computadores com acesso à internet e equipamentos de áudio e vídeo, e conta com uma sala de cinema onde acontecerão análises críticas de filmes e documentários.

www.net.tv.br



Voluntários plantam árvores no Dia Global na Comunidade

Dia Global na Comunidade

Alinhado à crença de que o trabalho voluntário colabora para a construção de uma sociedade melhor e, ao mesmo tempo, contribui para o crescimento pessoal, profissional e como cidadão do voluntário, o Citi realizou a quarta edição do Dia Global na Comunidade, em 7 de novembro. No Brasil, os mil voluntários desenvolveram atividades diversas em 14 cidades, como reformas em creches, escolas e bibliotecas, doação de sangue, plantio de árvores e outras ações ambientais, beneficiando mais de 5 mil pessoas. No mundo, cerca de 40 mil voluntários, além de parentes e amigos, participaram da ação em 900 cidades.

www.citi.com.br



Presidente mundial da Coca-Cola, Muhtar Kent, e o diretor geral da Leão, Michel Davidovich

Primeira fábrica verde da América Latina

Em 12 de novembro, o presidente do Conselho e CEO da The Coca-Cola Company, Muhtar Kent, esteve no Brasil para inaugurar a primeira fábrica verde do Sistema Coca-Cola na América Latina. Localizada em Fazenda Rio Grande, em Curitiba (PR), a nova planta da Leão Junior terá capacidade de produzir quase 11 mil toneladas de diversos tipos de chás secos por ano. A fábrica foi construída de acordo com os mais avançados conceitos de sustentabilidade, seguindo os padrões da certificação Leed (Leadership in Energy and Environmental Design) e alinhada com a plataforma de sustentabilidade da Coca-Cola Brasil, Viva Positivamente. Planejada pelos princípios de bioarquitetura, que visam a causar o menor impacto possível no meio ambiente, ela foi cuidadosamente concebida para utilizar aspectos diferenciais de sustentabilidade. A estimativa de economia de energia na nova fábrica é de até 23%.

www.coca-cola.com.br



Crianças fazem visita monitorada ao Museu do Futebol

Projeto Todos em Campo com o Santander

No dia 28 de outubro, o Museu do Futebol, em parceria com o Grupo Santander Brasil, lançou o projeto Todos em Campo com o Santander, que pretende levar mais de 3 mil crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência ao museu, localizado no estádio do Pacaembu, em São Paulo. O projeto oferecerá visitas monitoradas por educadores, capacitados para mediar o contato dos visitantes com a exposição, que conta a história do Brasil por meio futebol, esporte que motiva o povo brasileiro e revela tantos ídolos e talentos. No primeiro mês, 12 instituições foram conhecer o local, somando 528 pessoas beneficiadas. Ao longo de seis meses – entre novembro de 2009 e abril de 2010 –, mais de 70 instituições sociais visitarão o museu por meio do programa.

 www.santander.com.br



Profissionais da Central de Laudos do laboratório Delboni Auriemo analisam resultados

Serviço de laudo para deficientes visuais

Com o objetivo de oferecer maior acessibilidade e comodidade aos deficientes visuais brasileiros, o Delboni Auriemo Medicina Diagnóstica/DASA apresenta o primeiro serviço de laudo exclusivo para essa parcela da população que, segundo a Sociedade Brasileira de Oftalmologia, pode chegar a 1 milhão de pessoas. Ao realizar exames ou procedimentos em medicina diagnóstica, o paciente recebe um laudo exclusivo, gravado em CD. A tecnologia que possibilita a gravação das informações em voz é compatível com qualquer computador e foi adquirida recentemente pelo Delboni Auriemo. O paciente deficiente visual que desejar receber seu laudo em versão audível pode solicitar na recepção ou a qualquer atendente da unidade em que realizar seus exames. Não há custos adicionais ao paciente ou ao convênio.

 www.delboniauriemo.com.br

Empresas com iniciativas sustentáveis

Os brasileiros recomendam enfaticamente aos amigos produtos de empresas com iniciativas sustentáveis. Porém, mais de 60% acreditam que as marcas só se envolvem com sustentabilidade para melhorar a imagem. Esses são alguns resultados do estudo Futuro Sustentável, conduzido no Brasil pelas agências de publicidade Z+, Media Contacts e Mobext, que entrevistaram 2.532 consumidores brasileiros. Com o estudo, o grupo pretende obter mais informações para que suas agências possam orientar os clientes no relacionamento com o consumidor e na construção de marcas sustentáveis. O objetivo é mostrar a percepção do consumidor em relação aos diversos parâmetros que cercam a questão da sustentabilidade, tais como os usos que as empresas fazem do capital natural, humano e social.

 www.sustainablefutures09.com

Conformidade Ambiental

A Serasa Experian, líder na América Latina em sistemas e serviços de informações para apoio na tomada de decisões das empresas, lançou o Conformidade Ambiental, produto pioneiro resultante de uma tecnologia desenvolvida para o tratamento diferenciado de informações de natureza ambiental sobre empresas e produtores rurais. O produto permite que as instituições financeiras avaliem o cumprimento à legislação ambiental por parte das empresas causadoras de impactos ao meio ambiente e dos produtores rurais. Ao disponibilizar, de forma estruturada, diversas informações ambientais de extrema relevância, a Solução Serasa Experian para a Gestão da Sustentabilidade também possibilita que as instituições financeiras cumpram a sua obrigação social e legal de não incentivar, ainda que indiretamente, os causadores de impactos negativos ao meio ambiente.

 www.serasaexperian.com.br

Educação no campo

A Syngenta e a Fundação Abrinq reuniram-se em 27 de outubro para oficializar a parceria do Projeto Escola no Campo (PEC). Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo, esse projeto já existe há 18 anos e beneficiou mais de 460 mil crianças e jovens no período. Com o apoio da Fundação Abrinq, o PEC vai dobrar a capacidade de atendimento de 25 mil para 50 mil já em 2010. A partir dessa parceria, o conteúdo do projeto aplicado nas escolas passará a incluir também o tema “Direitos da Criança e do Adolescente”. Os resultados do Projeto Escola no Campo, associados a outras iniciativas, levaram a Syngenta a conquistar, em 2009, o selo Empresa Amiga da Criança, concedido pela Fundação Abrinq às empresas que promovem o exercício de cidadania entre crianças e adolescentes.

 www.syngenta.com.br

Atendimento exclusivo

Seguindo sua tradição no atendimento a alunos com deficiência, a Uni Sant'Anna colocou à disposição de candidatos com deficiências físicas, visuais e auditivas uma equipe de profissionais de inclusão para o Vestibular 2010. Ledores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) auxiliaram na realização do exame. A estrutura da Uni Sant'Anna também é adaptada com rampas de acesso, elevadores com sinalização em braille e alerta sonoro, além de toaletes e mesas especiais para cadeirantes, computadores equipados com sintetizador de voz, materiais em braille e piso tátil para os deficientes visuais. No vestibular de 2009, a universidade recebeu 16 inscrições de pessoas com deficiência e, para o próximo, a coordenação acredita que a procura será maior.

 www.unisantanna.br



Kofi Annan e Ivan Fabio Zurita, presidente da Nestlé Brasil

Kofi Annan em visita ao Brasil

Uma das mais relevantes vozes mundiais para temas como sustentabilidade e mudanças climáticas, Kofi Annan, Prêmio Nobel da Paz e sétimo Secretário-geral da ONU (1997-2006), esteve no Brasil para participar do seminário Nestlé Brasil Global. O evento, exclusivo para 400 convidados, entre líderes empresariais e autoridades, abordou a Criação de Valor Compartilhado – plataforma mundial de responsabilidade social da Nestlé que tem entre seus conceitos a transferência de conhecimentos e assistência aos produtores rurais. “Uma empresa, imbuída da missão de levar nutrição, saúde e bem-estar aos consumidores somente pode concretizar seus objetivos se conseguir o desenvolvimento sustentável do negócio aliado ao crescimento sustentável de cada comunidade onde está presente”, afirma Ivan Fábio Zurita, presidente da Nestlé Brasil.

www.nestle.com.br



Artistas participam da campanha Corrente do Bem

Corrente do Bem

A Procter & Gamble e o Unicef se uniram, mais uma vez, em prol dos direitos das crianças. Como parte da iniciativa, capitaneada pela marca Pampers, cada embalagem de fraldas vendida no período de dezembro de 2009 a março de 2010 contribuirá com o programa do Unicef destinado ao desenvolvimento e à sobrevivência de crianças de até seis anos no Brasil. Cada pacote equivale a uma doação. Participam da iniciativa as marcas Ariel, Gillette Prestobarba3 Feminino, Hipoglós Amêndoas e Pantene. O programa atua em duas diferentes frentes: o apoio às famílias e o fortalecimento da gestão municipal para o desenho e a execução de políticas que garantam direitos de crianças e adolescentes.

www.pg.com



Abertura do 6º Encontro Nacional do Terceiro Setor, realizado em Belo Horizonte

6º Encontro Nacional do Terceiro Setor

Nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, a cidade de Belo Horizonte recebeu o 6º Encontro Nacional do Terceiro Setor. A sexta edição reuniu aproximadamente 500 pessoas para discutir o tema Governança Social em mesas-redondas, palestras e debates. Temas relacionados aos pilares da educação integral como premissa para o desenvolvimento sustentável foram abordados, e o objetivo foi divulgar e estabelecer discussões a respeito da gestão administrativa e jurídica das entidades que compõem o Terceiro Setor, com foco nas parcerias entre as mesmas e os demais setores (mercado privado e governo). O encontro teve entre seus oradores Antonio Augusto Anastasia, vice-governador do Estado de Minas Gerais; Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais; e dr. Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor de Minas Gerais (Caots).

www.cemais.org.br/terceirosetor



Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, participa da abertura oficial do evento

ONG Brasil

Evento inédito no país, a ONG Brasil reuniu em São Paulo, de 3 a 5 de dezembro, mais de 500 expositores entre ONGs, institutos e fundações ligadas ao governo e à iniciativa privada. A ONG Brasil é uma realização da Secretaria de Participação e Parceria de São Paulo e da UBM Brazil, subsidiária brasileira da United Business Media, empresa líder global em mídias de negócios. Além dos expositores, ofereceu minicursos e mesas-redondas com especialistas e profissionais que vivem o cotidiano de entidades, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o Instituto Sou da Paz e o Instituto Dorina Nowil. Contou também com uma seção especial organizada pela Revista Filantropia voltada para a área de responsabilidade social, com a participação de especialistas em sustentabilidade, voluntariado e marketing.

www.ongbrasil.com.br

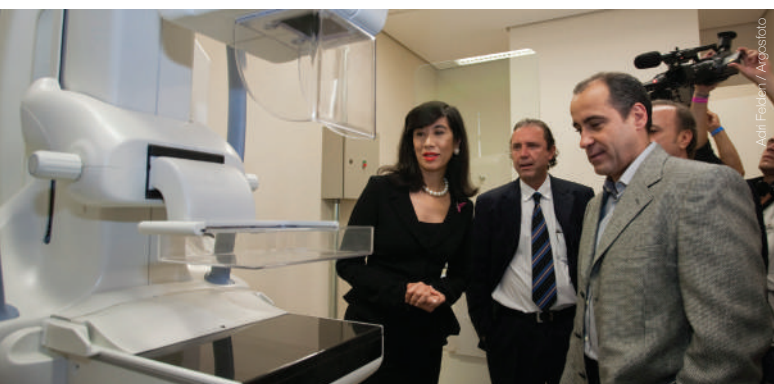


Custódio Pereira, diretor geral das Faculdades Integradas Rio Branco, durante abertura do evento

Congresso Hemisférico de Fundraising

Entre os dias 6 e 8 de novembro, aconteceu pela primeira vez no Brasil o Congresso Hemisférico de Fundraising, evento realizado tradicionalmente na Cidade do México. Realizado pelas Faculdades Integradas Rio Branco e pela Association of Fundraising Professionals (AFP), o objetivo foi reunir palestrantes e participantes de diversos países para discutir temas relacionados à captação de recursos, como legislação, formas de lidar com a crise, ética, parcerias, comunicação e doações. Entre outros palestrantes, o evento contou também com a participação de Steve Hildebrand, assessor nacional da campanha de marketing que levou Barack Obama à presidência dos Estados Unidos. Os temas abordados podem ser pesquisados no site do evento.

 www.fundraising.com.br



Andrea Jung, presidente mundial da Avon, durante inauguração do Centro

Centro de Prevenção de Câncer de Mama

No dia 8 de dezembro foi inaugurado o Centro de Prevenção de Câncer de Mama Instituto Avon, unidade que faz parte do complexo do Hospital de Câncer de Barretos. A ala foi construída com recursos da Avon que, por meio de seu instituto, doou R\$ 6 milhões para o projeto, tornando-se o maior parceiro do hospital na implementação deste Centro. O projeto inclui, ainda, a ampliação do serviço de rastreamento mamográfico na população feminina da região, que abrange cerca de 70 municípios. O Hospital do Câncer de Barretos é o quarto do mundo em excelência técnica oncológica e atende, por dia, 2,8 mil pessoas – sendo 99% via SUS.

 www.hcancerbarretos.com.br

Projeto Entretenimento Itinerante

Cerca de 140 crianças de ONGs de São Paulo participaram da sessão do projeto sociopedagógico Entretenimento Itinerante, uma parceria da Fox Home com a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do Núcleo de Atividades Educativas e Culturais, que exibiu filmes da produtora americana de cinema. A projeção inaugural ocorreu no Catavento Cultural e Educacional, espaço dedicado à ciência e à tecnologia. A atração foi o filme Uma Noite no Museu 2. Para garantir interatividade com o filme, estátuas vivas de líderes históricos, como Napoleão e o presidente americano Franklin Roosevelt, foram espalhadas pelo prédio. “O filme complementa as atividades escolares trazendo fatos e personagens históricos inseridos no conteúdo aprendido em aula”, explica a gerente de marketing da Fox Home, Ana Luisa Toillier.

 www.prefeitura.sp.gov.br

Prêmio Professores do Brasil

O Prêmio Professores do Brasil, instituído em 2005, tem como objetivo reconhecer o mérito de professores das redes públicas de ensino por sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica. A iniciativa do Ministério da Educação (MEC) consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas que, comprovadamente, tenham tido êxito no enfrentamento de desafios, considerando as diretrizes propostas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. A quarta edição premiou 35 professores de educação infantil, ensino fundamental e médio de 20 Estados, que receberam a importância de R\$ 5 mil, além de troféu e certificados.

 premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br

Formação de jovens em educação financeira

Estudantes e professores de instituições de ensino superior do Paraná que desenvolveram projetos relacionados aos Objetivos do Milênio receberam os certificados do United Nations Volunteers Programme (UNV), programa de voluntariado da ONU. Foram certificados 38 projetos de instituições de todo o Estado. A solenidade de certificação encerrou as atividades do 2º Congresso Nós Podemos Paraná, que promoveu palestras e mostras de iniciativas bem sucedidas relacionadas aos Objetivos do Milênio.

 www.fiepr.org.br

Prêmio Criança

Realizado pela Fundação Abrinq, o Prêmio Criança, que já existe desde 1989, tem como objetivo identificar e reconhecer projetos de organizações sociais e empresas que atuam com crianças de zero a seis anos, gestantes ou parturientes. Na edição de 2009, a festa aconteceu no HSBC Brasil e contou com mais de 1,5 mil convidados. O projeto Vale a Vida – Juntos por um Futuro Melhor, da Vale do Ivaí S/A Açúcar e Alcool, do Paraná, foi um dos premiados na categoria empresas e, entre as organizações sociais, as escolhidas foram o Promovendo o Desenvolvimento de Crianças com Desnutrição: Uma Nova Concepção do Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade, em Fortaleza; o programa Fazendo Minha História, do Instituto Fazendo História, em São Paulo; e o projeto Lugar de Palavra, de Nova Iguaçu.

 www.fundabrinq.org.br



Saúde com cidadania

Ana Brêtas, enfermeira, socióloga e sanitarista, fala da experiência de aliar conhecimentos para atender a população em situação de rua

Por Thaís Iannarelli

Saúde e inclusão social são dois temas que caminham juntos para Ana Brêtas, enfermeira, socióloga, sanitarista e professora na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutora em enfermagem pela Unifesp, Brêtas desenvolve trabalhos de valorização à saúde e à cidadania com a população em situação de rua há 17 anos, realizando, ao mesmo tempo, pesquisas relacionadas à área.

É líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Políticas Públicas e Sociais, credenciado pelo CNPq e reconhecido pela Unifesp, e conduz também o projeto Periferia dos Sonhos, no qual acompanha estudantes de graduação e pós-graduação para realizarem um trabalho de saúde e inclusão com a população em situação de rua.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Brêtas fala da sua atuação e reflete sobre políticas públicas e preconceito.

Revista Filantropia: *Como e quando você começou a trabalhar com a população em situação de rua?*

Ana Brêtas: Essa população entrou na minha vida há 17 anos. Estava dando aula na Enfermagem e um dos estudantes trabalhava como agente social em uma instituição que atende pessoas que vivem na rua. Ele me levou até lá, e foi assim que comecei nessa atuação, colocando em prática a saúde em um contexto sociocultural. A imagem que eu tinha do povo de rua era do “homem do saco”, então, no começo, tive medo. Mas fui muito bem acolhida. Comecei atuando como

enfermeira, mas tive de aprender sobre enfermagem de novo. Tudo aquilo que a enfermagem normatiza não se aplica na rua. Então, tive de me ressignificar como profissional, e fiz sociologia.

RF: *Você realiza estudos qualitativos sobre a população em situação de rua?*

AB: Sim. Só há mais ou menos dez anos me senti tranquila para produzir conhecimento sobre essa população, e sempre com muito receio de estar utilizando a questão em um sentido “bibliométrico”. Não queria

que vissem minhas pesquisas como um trabalho sobre algo excêntrico, então sempre tive esse cuidado. Nos últimos anos, eu e um grupo de estudantes começamos a produzir trabalhos relacionados à denúncia social, com o objetivo de formar enfermeiros capazes de compreender o fenômeno da rua e cuidar dessa população em outra dimensão.

RF: No que consiste o projeto Periferia dos Sonhos?

AB: É um projeto de extensão da Unifesp que tem como objetivo principal “ensinar a conversar”, com a perspectiva de que um profissional da saúde, para ser bom, não pode ter medo de gente. Ele tem de gostar de gente, precisa saber se comunicar, compreender o outro em diferentes instâncias passíveis de cuidado de saúde.

RF: A população de rua é frequentemente vítima de ataques de violência. Em 2004 aconteceu em São Paulo o assassinato de sete pessoas, e os suspeitos continuam impunes, por exemplo. Como você vê essa situação de violência?

AB: Na época do massacre de 2004, nós prestávamos cuidado de enfermagem em um equipamento social destinado ao acolhimento das pessoas em situação de rua, sobretudo com a função de escutá-los. Ser enfermeiro nessa hora é muito interessante, porque a pessoa abre a alma. Ela fala da dor do corpo e da dor da vida. Então, a percepção é que foi um tempo muito duro, no qual esses homens e mulheres se agrupavam, montavam esquemas para dormir ou estar na rua. Era uma insegurança que ia além da insegurança cotidiana que eles vivem. Mas nós nos sentíamos impotentes. O sentimento era esse. Nós denunciávamos, já era alguma coisa, mas íamos dormir nas nossas casas – e aí dormíamos com a impotência.

RF: Qual é sua opinião em relação às políticas públicas existentes para a população de rua?

AB: A política pública é fundamental, e na área da rua ela não foi dada, foi conquistada. Não tem como não falar do movimento social organizado, que é um ponto muito importante em São Paulo. Tudo aquilo que é um direito e é ancorado por lei é fundamental, um avanço. Mas não adianta ter a lei se não há a incorporação

dela no dia-a-dia das pessoas. Acredito que deve haver uma política mais ampliada, de distribuição de renda, uma proposta mais socialista de convivência, a qual eu não verei, não é para a minha geração. Mas se não nos movimentarmos, não será nem para as próximas. Acredito que o processo de mudança de sociedade não é de uma única geração.

RF: Como você vê o posicionamento da população de rua na sociedade?

AB: Percebo que a população em situação de rua faz parte da sociedade, mas de uma sociedade cindida em classes, gênero, geração e numa série de outras categorias sociais. O que sinto é que nessa luta de diferentes classes, a população de rua é vista porque incomoda. O fato de ela incomodar na frente de um prédio, ou em um restaurante, traz constrangimento. Por outro lado, existe um segmento da sociedade que não consegue nem ver. Então, não sei dizer o que é pior, você enxergar e ter uma atitude estigmatizante ou nem conseguir

enxergar, porque a pessoa se torna coisa, mercadoria. Acho que a população de rua até é acolhida, mas em uma lógica de favor, assistencialista, não de direito.

RF: Qual seria a solução para esse problema, do seu ponto de vista?

AB: Acho que algumas das formas são a política distributiva e a geração de renda. Na área da saúde, é necessária uma política inclusiva, vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), capaz de prever e prover, entre outras demandas, um tratamento preventivo e curativo em relação ao uso de drogas lícitas e ilícitas, imaginando que esse é um grande fator de ida para a rua, bem como assistência diferenciada a pessoas com doenças crônicas, como o diabetes, a hipertensão e os cânceres. O trabalho com a população em situação de rua não pode ser uma política de um único setor, seja o público ou o privado; deve ser interssetorial. Vejo frentes nesse sentido, mas deve haver vontade política e da sociedade civil. Não imagino essa transformação na cidade de São Paulo como um todo, mas podemos começar em alguns lugares. Pode não resolver o problema, mas minimizá-lo. Porém, o que acontece é o contrário: como não se tem uma política distributiva, o problema da pobreza absoluta aumenta, acarretando mais desigualdade social. ☺



A mudança começa aqui

Um olhar brasileiro sobre o mais importante evento de captação de recursos do mundo



Rodrigo Alvarez

rodrigoalvarez@institutoelos.org.br
Representante institucional da Resource Alliance no Brasil e responsável pela área de mobilização de recursos e negócios do Instituto Elos Brasil.

Estava eu a caminho do International Fundraising Congress (IFC), mais badalado congresso de captação de recursos do mundo, no trem que liga Londres a Amsterdã. Ia a trabalho, junto com uma equipe de dez pessoas da Resource Alliance, organização inglesa que realiza o IFC desde 1981 e chegou ao Brasil em 2008.

Chegamos a Amsterdã depois de seis horas de uma agradável viagem. Eu imaginava que viajávamos de trem por economia, mas só então descobri que o motivo era ambiental. Apesar de ser um pouco mais caro (sim, mais caro!) que o mesmo trecho de avião, era mais ambientalmente responsável. Começávamos a viver o tema do IFC deste ano – mudar o mundo – antes mesmo de o evento começar.

Após um ano da crise financeira que abalou também os captadores de recursos, a mensagem principal do IFC deste ano era: *change starts here* (a mudança começa aqui). Foi uma forma de acordar do transe da crise e olhar o que de mais maravilhoso está acontecendo no mundo. Na plenária de abertura, duas senhoras africanas falaram com o coração na ponta da língua. Lembrome mais claramente de Stella Maravanyika, ativista de direitos humanos expulsa de seu país, Zimbábwe. Ela vive em Londres desde 2002 dando suporte a pessoas vindas de lá que necessitam de asilo, comida, roupas.

Também fiquei muito impressionado com a fala de um senhor inglês chamado John Hillary, coordenador executivo da War on Want, que luta contra a pobreza em países em desenvolvimento junto a pessoas afetadas pela globalização. Além da fala articulada e clara, o

recado principal foi: “a pobreza é política. As decisões de políticos e empresas em países ricos podem significar a morte ou a vida para pessoas que vivem em países em desenvolvimento”. Ele terminou dando exemplos de movimentos de resistência que estão surgindo no mundo todo, e citou, entusiasmado, o exemplo do Movimento dos Sem Terra no Brasil.

Mas essa era apenas a plenária de abertura, inspiradora, com jogos de luz e música, como em um espetáculo. Os conteúdos do IFC e seus palestrantes-show viriam nos dias seguintes. Os três dias que se seguiram foram de muita informação – no programa principal havia 37 temas de oficinas divididas em cinco macrotemas:

- Além da Captação de Recursos (Beyond Fundraising);
- Captação de Recursos com Empresas (Corporate);
- Captação de Recursos com Indivíduos (Individuals);
- Grandes Doações (Major Gifts);
- Financiamento Institucional (Institutional Funding).

Desses 37 temas, 21 (mais da metade) eram sobre indivíduos. Este é um assunto pouco explorado no Brasil, mas é de longe o tema de maior atenção dos captadores de recursos profissionais acima da linha do Equador. No mundo todo, de 75 a 80% dos recursos para causas provêm de doações individuais. É certo que o trabalho com indivíduos leva tempo e precisa de investimento para ser iniciado. Talvez por isso nossas ONGs e entidades, pequenas e com recursos escassos, vão demorar um pouco mais para descobrir o que as grandes ONGs internacionais já

sabem – captar recursos com indivíduos é mais divertido e traz resultados mais sustentáveis em longo prazo.

Além das sessões do programa principal, ainda havia outros dois tipos de sessões: O IFC Live Sessions, filmadas em um auditório que imitava um estúdio de TV, e The 60 minute Sessions, sessões mais curtas com dicas e previsões sobre o futuro da captação de recursos no mundo. Aconteceram também inúmeras oportunidades para relacionamento a toda hora, nos cafés ou em jantares temáticos, como a festa de encerramento com o tema Piratas do Caribe.

Difícil dizer se há alguma tendência para nós, brasileiros, mas tento resumir algumas das discussões mais importantes:

Técnica versus paixão

Em primeiro lugar, é mesmo impressionante o modo como a discussão técnica é profunda e muito avançada em relação às nossas conversas por aqui sobre captação de recursos. Um cardápio grande de opções – heranças, retenção de doadores, *face-to-face* (cara a cara) e, claro, diversas sessões sobre o uso da internet para captar recursos; uma delas abordava como a campanha presidencial de Barack Obama mudou para sempre a captação de recursos no mundo.

Porém, se por um lado a discussão técnica domina, a discussão ideológica ou do sentido da existência das ONGs é quase inexistente. Se eu fosse um doador e passasse por algumas palestras do congresso, talvez me assustasse com o excesso de tecnicismo.

Internet e inovação

Parece lugar comum, mas a cada ano aumenta o número de workshops que tratam das possibilidades de uso da internet para captar recursos. Assisti a três sessões sobre o assunto – uma aula de um dia com Nick Allen (o “papa” do assunto nos Estados Unidos), outra palestra com ele e com Marcelo Iniarra (argentino que criou algumas das campanhas mais criativas e bem sucedidas do Greenpeace) e uma palestra com um indiano do Greenpeace, que dava sua aula enquanto bebia cerveja! As três apresentações foram ótimas.

A aula de Nick Allen no primeiro dia tinha um mote: “traga audiência para seu site”. O pensamento é óbvio: se você tem audiência, tem doadores. O que não é tão óbvio é como conseguir trazer pessoas para seu site, e como converter essa audiência em doações.

Aí entra o casamento entre comunicação e captação de recursos, que estamos roucos de tanto repetir.


Mas o interessante foi a apresentação de um caso sobre uma organização chamada Defenders of Wildlife, a qual desenvolveu uma campanha que se tornou muito conhecida nos Estados Unidos. Eles descobriram que a governadora do Alasca, Sarah Palin, candidata à vice-presidência do país pelo partido republicano, “patrocinava” caçadas a lobos nas montanhas. Por isso, fizeram um vídeo bombástico sobre o assunto (com imagens das caçadas) e colocaram no YouTube. A campanha buscava arrecadar recursos para comprar espaço na televisão e denunciar o que acontecia na região. O vídeo teve mais de 600 mil acessos, e o Defenders of Wildlife captou US\$ 1,3 milhão em toda a campanha para comprar espaço na TV; consequentemente, conseguiu garantir recursos para sua própria atividade.

A grande sacada dessa campanha é o que chamam de *seizing opportunities* (aproveitando oportunidades). Eles utilizaram um tema popular e de interesse de todo o país e o conectaram com o propósito da Defenders of Wildlife. Isso trouxe popularidade, audiência e doadores. Parece fácil, mas não é. No fundo, nada teria acontecido se a organização não tivesse feito a lição de casa antes de lançar a campanha:

- Tendo um website bom e claro;
- Adquirindo boas ferramentas de gerenciamento de conteúdo, captura e processamento da doação, além de envio de e-mails para base de dados;
- Desenvolvendo uma grande lista de e-mails cadastrados: os americanos falam em listas de mais de 10 mil nomes para começar (interessantes mesmo são listas com mais de 100 mil nomes!);
- Fazendo bons apelos por e-mail;
- Montando uma equipe capacitada e dedicada exclusivamente ao uso da internet (interagindo bem com outros departamentos da organização);
- Tendo rápida capacidade de análise dos resultados e mudança de rumo.

Os estrangeiros fazem a lição de casa bem feita

Às vezes é um pouco de exagero e, no final das contas, esse processo científico demais perde a vida. Talvez por isso eles se encantem com a explosão de vida e alegria que nós temos por aqui, ao sul do Equador.

Mas nós também temos muito a aprender com esse profissionalismo e excelência que vêm da Europa e dos Estados Unidos. Quem sabe podemos tropicalizar esse profissionalismo e fazer do Brasil uma potência em captação de recursos? 

Às vezes é um pouco de exagero e, no final das contas, esse processo científico demais perde a vida. Talvez por isso eles se encantem com a explosão de vida e alegria que nós temos por aqui, ao sul do Equador

Assistência social “delivery”

Comunidades distantes de grandes centros podem ser beneficiadas com diligências de ONGs



Marcio Zeppelini

marcio@zeppelini.com.br

Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

Fazer o bem sem olhar a quem – esta é uma máxima ouvida nos quatro cantos do planeta quando o assunto é assistência social. No entanto, caberia também a ela uma nova redação: fazer o bem, não importa onde. Projetos que atendem comunidades localizadas em áreas ermas, ou com pouco acesso a tratamentos médicos, custam mais devido à necessidade de se ter uma infraestrutura de transporte, manutenção dos equipamentos e trânsito pelos difíceis acessos. Ao patrocinar tais projetos, empresas ganham visibilidade em diferentes localidades do país e, além de beneficiar as iniciativas sociais, ainda ganham pontos para sua imagem.

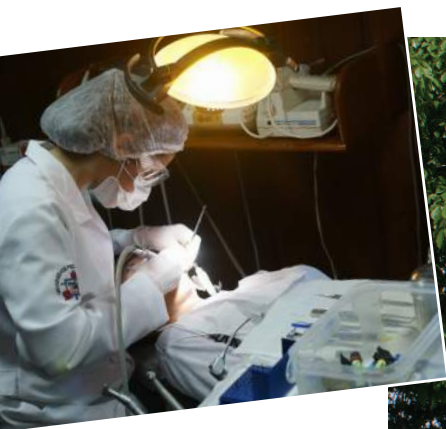
Rio Guamar, comunidade quilombola da Ilha de Mocajuba, município de Bujaru, quatro horas de barco a leste de Belém. É possível que quase a totalidade dos leitores da **Revista Filantropia** jamais tenha ouvido falar desse lugar, mas ali vivem cerca de 40 famílias, quase todas abaixo da linha da pobreza e sem qualquer infraestrutura sanitária. A riqueza das paisagens e a exuberância de grandes árvores pertencentes à Amazônia Legal, como a imponente samambeira, escondem diversos povoados que não recebem água encanada, assistência

à saúde, educação de qualidade, entre outras necessidades sociais.

Como em tantas outras áreas em que os três poderes governamentais desprezam e marginalizam o desenvolvimento humano, cabe ao Terceiro Setor amenizar toda a problemática social. Mas como atender a povoados nos quais não se chega nem de carro e que ficam a centenas de quilômetros dos grandes centros?

Há 47 anos, a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) resolveu descentralizar a sua atuação social e “entregar em domicílio” consultas médicas, odontológicas e psicológicas, além de levar consigo sua grande missão – a democratização da Bíblia Sagrada – e, de quebra, um pouco de alegria e carinho a pessoas carentes de tudo.

Com um barco em atuação na região de Belém, o projeto Luz da Amazônia percorre, em média, cinco comunidades por mês; realizou, em 2009, mais de 14 mil atendimentos dentro das próprias comunidades. “Sabemos que essas pessoas não têm capacidade de se deslocar por horas de barco pela selva a fim de tratar uma cárie ou saber o porquê de estarem com uma dor no abdômen. Então, levamos os profissionais até elas”. Explica Marcia Carneiro, gerente de



Projeto Luz na Amazônia: acima, atendimento odontológico; ao lado, embarcação chegando à comunidade



Marcio Zeppelini



Comunicação da entidade. “É quase que dizer que se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”, completa.

Acyr de Gerone Junior, pastor e secretário regional da SBB de Belém, relembra alegrias experimentadas nessas viagens de atendimento. “Após um tratamento de uma criança com toda a arcada dentária apodrecida, nós demos àquela menina a possibilidade de sorrir novamente”, comemora Gerone. “É comum atendermos picadas de cobras ou fazermos pequenas cirurgias a bordo e, com um laboratório equipado, diagnosticamos desde uma glicose alterada até uma gravidez inesperada”, completa.

O atendimento ainda é acrescido de palestras sobre câncer de mama, reeducação de higiene bucal, turismo comunitário e geração de renda, confeitadas de atividades lúdicas e culturais.


A exemplo do Luz da Amazônia, a SBB acaba de inaugurar o Luz do Nordeste – agora sobre quatro rodas, não em um barco, mas em um caminhão munido de laboratório e consultórios –, no qual faz o mesmo papel nos povoados distantes do sertão nordestino. No outro extremo do país, um ônibus faz o Luz do Sul, há cerca de dois anos, seguindo o mesmo princípio dos primeiros.

Como a SBB, diversas organizações sociais caminham quilômetros para levar sua assistência a povoados sem oportunidades latentes. É o caso do Médicos sem Fronteiras, Projeto Vagalume, Dentistas do Bem, entre outras que levam saúde, educação, cultura, lazer e, sobretudo, conforto a essas famílias. E para que a totalidade de nossa população seja atendida pelas organizações do Terceiro Setor, implantar unidades móveis de seus programas

sociais é uma saída viável e bem menos custosa do que construir diversas unidades fixas.

Outro exemplo de iniciativa é o Centro de Integração Educação e Saúde (projeto Cies), que proporciona acesso a exames médicos como endoscopia, mamografia e ultrassonografia em um caminhão adaptado com aparelhos de diagnóstico de última geração. “Começamos nas cidades do Estado de São Paulo, agora estamos espalhando para outros Estados”, conta o Dr. Roberto Kikawa, gastroenterologista e endoscopista e um dos idealizadores do projeto. “Fazemos a ponte entre a Unidade Básica de Saúde e o hospital. Às vezes, o paciente consegue uma consulta, mas não tem como fazer os exames. Não viemos para competir, mas complementar. Na carreta, temos centro cirúrgico, mamografia digital, aparelhos de urologia e espaço para cirurgias de catarata”, complementa.

Além da mobilidade, que por si só torna a atividade mais prática e atinge distâncias antes difíceis de serem alcançadas, programas móveis de atividades dão visibilidade e credibilidade às organizações sociais. “Nossa chegada em comunidades distantes é como um dia de festa. A ansiedade toma conta das famílias e se imprime no rosto das crianças algumas semanas antes. No dia, até vestem a melhor roupa para nos receber, e isso é muito gratificante”, conta Carneiro.

Por estarem nas ruas – ou nos rios, nesse caso –, projetos como esse podem ganhar reforço especial de patrocinadores que queiram estampar sua logomarcas nas laterais dos veículos. Agora, com a dica em mãos, é colocar o pé na estrada. Ou, em certos casos, na água! 

Laboratório móvel do projeto Cies realiza exames como endoscopia e mamografia

Divulgação

Luta árdua e desigual

Empreendedores sociais de pequeno porte disputam a atenção de empresas e investidores com grandes organizações



Por Luciano Guimarães

A explosão das atividades das organizações não-governamentais no Brasil nos últimos 20 anos, e a consequente consolidação de suas realizações perante governos, empresas e sociedade, iniciada no começo desta década, chega agora a um novo capítulo – a entrada em cena, com muita dificuldade, da figura do empreendedor social.

A expressão nasceu da tradução de um termo originário da língua francesa (*entrepreneur*), sendo usada pela primeira vez em inglês entre as décadas de 1960 e 70. Mais adiante, o termo foi difundido nas décadas de 1980 e 90 por Bill Drayton, fundador da Ashoka Empreendedores Sociais, e pelo escritor inglês Charles Leadbeater.

No Brasil, este ator social ainda ensaia para conquistar novas plateias e tenta ser entendido como parte importante do Terceiro Setor, significativo para encontrar soluções aos problemas da população.

Não tem sido fácil, mas a percepção geral é a de que o amadorismo está sendo deixado para trás, ainda que o envolvimento das empresas continue pequeno e existam muitos entraves burocráticos do poder público. A atuação dos empreendedores sociais, principalmente os dos pequenos grupos de trabalho, tem sido descrita como árdua e desigual, tanto na busca quanto no recebimento de recursos da iniciativa privada e dos governos.

“Empreendedor social no Brasil é guerreiro. Tem de ter fé, muita paciência, força e insistência, caso contrário, desiste”, desabafa Daniel Manchado Cywinski,

diretor institucional da Associação Mestres da Obra, ONG que atua dentro dos canteiros de obras, tendo o trabalhador como público-alvo.

A entidade já foi laureada com o prêmio Uma Boa História Mobiliza, concedido pela **Revista Filantropia**, e foi finalista do Prêmio Empreendedor Social 2009, realizado pela Folha de São Paulo e pela Fundação Schwab. Nesta edição, os vencedores foram Claudio e Suzana Padua, fundadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), ONG da área ambiental.

Segundo Daniel, o empreendedor social só passa a “existir”, ser reconhecido e referenciado após anos de trabalho, e isso faz com que o começo seja extremamente duro. Ele argumenta que o Brasil possui poucos mecanismos de incentivo fiscal e poucos recursos diretos provenientes do governo, além de diversos fatores que não ajudam. “Existe dificuldade de contratar pessoas, de envolver profissionais no trabalho devido à falta de recursos financeiros, a restrições trabalhistas, à instabilidade das entradas de recursos etc. Não vejo grandes mudanças acontecendo, mas observo que os empreendedores têm ficado cada vez mais ‘espertos’, se esforçando para encontrar alternativas viáveis à sua atuação”, explica o gestor.

Pá de cal

As dificuldades de ordem burocrática e financeira também podem ser responsáveis por colocar uma pá de cal no projeto de uma ONG gerida por um

empreendedor social. Ao se conhecer alguns *cases*, não há outra conclusão a se tirar sobre projetos promissores que não vingaram ou que poderiam ter tido melhores resultados.

O relato do engenheiro Julio Gurgel do Amaral, do departamento técnico do Instituto para Desenvolvimento Socioambiental e Tecnológico Lótus, ilustra esse cenário. A Oscip paulistana em que atua foi fundada em 2001 em busca de alternativas tecnológicas que integrem proteção ao meio ambiente e modelos de sustentabilidade socioambiental, e que permitam a interface entre o setor governamental e a iniciativa privada.

Segundo ele, um promissor trabalho realizado com crianças de 5ª a 8ª séries do ensino municipal da cidade de São Roque (SP), o Projeto Gota (sigla para Gestor Organizado de Transformação Ambiental) poderia ter ido mais longe não fossem dois itens importantes: os escassos recursos técnicos e financeiros da administração pública e a “cegueira” da iniciativa privada para perceber o potencial humano de um projeto que visava à educação e à conscientização de alunos e de seus familiares acerca de importância da conservação do meio ambiente.

“No Brasil, o poder público teoricamente apoia um projeto que não dá, no entender do governante, resultados imediatos. A mesma coisa acontece com a iniciativa privada, que deveria pensar menos em retorno financeiro e mais no desenvolvimento do ser humano e no exercício da cidadania”, afirma Amaral, relatando que, mesmo assim, o projeto foi um sucesso entre pais e alunos.

A entidade também desenvolve um trabalho com reciclagem de óleo de cozinha, e sempre enfrentou dificuldades para que investidores da iniciativa privada pudessem entender as possibilidades do negócio, especialmente a preservação do meio ambiente.

“Infelizmente, encontra-se muita dificuldade em obter patrocínios. Por outro lado, a falta de divulgação impede que encontremos empresas dispostas a investir em um projeto com tais objetivos”, enfatiza o engenheiro.

Competição

Além de todos os problemas já citados, soma-se a concorrência desigual entre os pequenos empreendedores sociais e as ONGs de grande e médio portes, que, em geral, são bem mais conhecidas das empresas e do público em geral. Quem vai investir em um projeto – mesmo que socialmente extraordinário e financeiramente promissor – de uma entidade que não aparece nas páginas de jornais e revistas e na tela das TVs?


“Alguns setores da iniciativa privada já estão voltando seus olhos para empreendimentos que englobem inclusão social e cuidado ambiental, mas ainda é muito incipiente e ‘marketizado’. Há muita publicidade e quase nada realizado com compromisso na manutenção em longo prazo”, ressalta Thereza Cavalcanti, diretora executiva do Grupo Sou São Paulo, ONG que fomenta e garante

o investimento social privado em produtos totalmente enquadrados nos conceitos de consumo consciente e comércio justo.

De acordo com a gestora, não basta apoiar um projeto com data de vencimento, sem o devido cuidado de se deixar este mesmo projeto apto a continuar existindo. “Além disso, competir com ONGs que têm chancelas poderosas é impensável. O caminho é ocupar os vazios que essas organizações deixam, já que elas têm focos específicos, e/ou buscar parcerias, o que na vida real se revela outro desafio”, pondera.

“Acredito que os pequenos empreendimentos se sustentem em longo prazo dentro de um conceito restrito e muito pontual, atendendo a uma demanda pequena de consumidores que tenham o entendimento de produção não-linear. Em função disso, não sou muito otimista”

Coberta de razão, Thereza acredita que criar e gerir um pequeno empreendimento no Brasil é um desafio enorme, pois questões como linhas de crédito para infraestrutura e capacitação são ainda sonhos difíceis de serem realizados em um curto espaço de tempo. Outro aspecto que acaba inibindo o sucesso dessa iniciativa, segundo ela, é a resistência do mercado em absorver um produto que fuja do conceito “industrial”.

“Acredito que os pequenos empreendimentos se sustentem em longo prazo dentro de um conceito restrito e muito pontual, atendendo a uma demanda pequena de consumidores que tenham o entendimento de produção não-linear. Em função disso, não sou muito otimista”, argumenta a diretora do Grupo Sou São Paulo. 

Links 

www.ashoka.org.br
www.ipe.org.br
www.lotusambiental.org.br
www.mestresdaobra.org.br
www.sousaopaulo.com.br

As obrigações acessórias e as entidades do Terceiro Setor



Alexandre Chiaratti

alexandre@audisaauditores.com.br

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis pela PUC-SP, especialista em Finanças pela FGV. É pós-graduado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 1.620.



Ivan Pinto

ivan@audisaauditores.com.br

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis. É registrado na CVM através do Ato Declaratório nº 7.710, DOU 08.4.04 e pós-graduado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 1.620.

A sua organização está em dia com todas as obrigações, principais e acessórias, ou você apenas acredita que sim? Quem acompanha o cumprimento das obrigações acessórias? Será que realmente o acompanha em sua totalidade? Você sabia que o não cumprimento de uma obrigação acessória pode dificultar até mesmo a continuidade de sua instituição? Sabe o quanto essas penalidades podem custar para a sua organização?

- Falta de informação na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social (GFIP): multa de R\$ 1.254,89 por cada lançamento não informado – Portaria do MF 421/08 e Interministerial MPS/MF 77/08;
- Falta de registro contábil de fatos geradores: multa de R\$ 12.548,77 por cada fato não escriturado – Portaria MF 421/08 e Interministerial MPS/MF 77/08.

Essa é a realidade atualmente vivida pelas organizações no Brasil. Para que se mantenha em funcionamento, uma organização deve cumprir dezenas de obrigações fixas, a partir das quais outras podem ser geradas (obrigações acessórias).

No caso específico das entidades filantrópicas, conforme o artigo 29 da lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, um dos requisitos para manutenção e/ou concessão das “isenções” (contribuições sociais usufruídas) é providenciar mensalmente: certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e certificado de regularidade do FGTS, além do cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

Em suas diversas esferas, o governo já percebeu que esse é um caminho para aumentar a sua arrecadação e, às vezes, até inviabilizar determinadas instituições menos organizadas. O cumprimento dessas obrigações acessórias está sendo intensificado pelos órgãos

fiscalizadores e gerando elevadas multas para as entidades sem fins lucrativos, que se respaldam no Código Tributário Nacional (CTN).

Segundo o artigo 113 do CTN, a obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações (...) nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Entre as obrigações que uma organização deve cumprir estão: livros fiscais, comerciais e trabalhistas (dependendo das atividades fim e meio desenvolvidas); inscrições e matrículas da mesma entidade em diversos órgãos de controle específico das atividades (como nos conselhos profissionais regionais e vigilância sanitária); além de obrigações municipais relativas a alvará e ISSQN-Dec (eletrônico). Há, ainda, a manutenção dos cadastros e obrigações anuais declaratórias, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a Declaração do Imposto Retido na Fonte (Dirf), a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) e outros.

Além das obrigações para o funcionamento das entidades, há 33 normas de saúde e segurança do trabalho, como o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

Obrigações comuns

Atualmente, todas as pessoas jurídicas e equiparadas, perante a Legislação Comercial, Fisco Federal, Estadual e Municipal, Ministério do Trabalho e Previdência Social, independentemente do seu enquadramento

jurídico ou da forma de tributação perante o Imposto de Renda, estão obrigadas a cumprir com as seguintes obrigações ou normas legais:

Estatuto, atas, regimento interno, contabilidade, demonstrações contábeis, livro diário, livro-razão, Dacon, Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF), Dirf, DIPJ, livro inspeção do trabalho, livro registro de empregados, folhas de pagamento de salários, folha de pagamentos de autônomos, Guia da Previdência Social (GPS), GFIP, Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRFC), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Rais, contribuição sindical, contribuição confederativa, contribuição associativa, normas regulamentadoras 7 e 9 (MT), informe de rendimentos das pessoas jurídicas e informe de rendimentos das pessoas físicas, Guia Informativa Mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra), Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária (GIA-ST), Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais (GI-ICMS), DES-Declaração Eletrônica de Serviços, além da emissão de notas fiscais (eletrônicas ou não).

Obrigações específicas

Dentro da legislação tributária e das obrigações específicas para entidades do Terceiro Setor, podem ser citadas:

- Obrigações da entidade com órgãos públicos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal), dentre elas: Ministério Público Federal e Estadual, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Conselho Nacional de Assistência Social, Conselhos Municipais de Assistência Social, dentre outros;
- Obrigações específicas conforme contratos (convênios/subvenções) públicos, cumprimento das cláusulas contratuais, prestação de contas e forma de contabilização;
- Licenças e manutenção de cadastro com a delegacia da Polícia Federal, Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Conselho Regional de Medicina, Fiscalização Sanitária, dentre outros instrumentos reguladores.

As obrigações acessórias independem do pagamento de tributos e da forma jurídica da entidade, mas dependem diretamente da ocorrência do fato gerador. Como exemplo, pode-se mencionar o da prefeitura do município de São Paulo, cuja Instrução Normativa nº 08/2009, publicada em junho de 2009, estabelece:

A IN nº 8/2009 dispôs sobre a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços – não tributados ou isentos (série C) ou Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NF-e), a partir de 01/07/09, pelas entidades imunes a que se refere o inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

Infelizmente, o quadro burocrático não deve se modificar, pelo menos em curto prazo. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a cada hora são expedidas em torno de duas legislações, inovando ou alterando regras tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou assemelhadas.

Diante da enorme quantidade de obrigações acessórias e do atual cenário de alterações, as entidades devem atuar de maneira preventiva – já que o investimento preventivo é sempre mais eficiente e mais econômico que qualquer posterior ação corretiva –, evitando intimações de procedimentos e autuações fiscais, de acordo com as titulações e certificações de cada organização. ↻

Em suas diversas esferas, o governo já percebeu que esse é um caminho para aumentar a sua arrecadação e, às vezes, até inviabilizar determinadas instituições menos organizadas

sustent@correlações



sustentabilidade na prática

estratégia inteligente

comunicação transparente

despertamento de consciências

novos negócios para novos tempos

www.sustente.org
sustente@sustente.org



Voluntariado em tempos de internet 2.0



Com a web 2.0, as organizações sociais ganham mais agilidade para interagir com o público-alvo

Você já deve ter ouvido a expressão internet 2.0, ou web 2.0, mas nunca parou para pensar no assunto. Agora ela está tão presente em nosso cotidiano que ignorá-la pode significar o mesmo que perder oportunidades de conhecer novas pessoas, trocar informações e iniciar um trabalho voluntário. Sim, a web 2.0 está a nosso favor e todos temos a ganhar com ela, se soubermos usá-la adequadamente.

Antes de prosseguir, precisamos fazer um breve esclarecimento sobre o que é a web 2.0. Há algum tempo, precisamente em 1969, quando os primeiros computadores foram interligados e começaram a trocar informações dentro da universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, a internet era denominada 1.0. Era a chamada época do “fale conosco”, ou seja, uma fonte de comunicação emitia informações para muitas pessoas que apenas absorviam, sem a possibilidade de interferir, opinar ou contestar o que estava sendo passado. Claro que cada um poderia questionar individualmente ou em seu grupo, mas isso não tinha dimensão global.

Esse período durou longos anos até chegar, finalmente, a era 2.0, ou a época do “fale para todos”. Desde os anos 2000, com o advento das redes sociais (sites de relacionamento, blogs, microblogs, álbuns de imagens on-line etc.) cada indivíduo passou a ser um emissor de informação. Não é mais necessário esperar passivamente que um meio ou veículo de comunicação informe o fato. Cada um tem esse trunfo nas mãos. Mas é preciso cautela. As redes sociais divulgam muito mais a opinião e a experiência do usuário do que o dado em si. Contudo, se isso pode ser um ponto negativo, também

pode ser positivo se o emissor da informação souber compartilhá-la.

Entre as organizações sociais, a web 2.0 está ganhando destaque, e mais do que experiências pessoais, as organizações podem ter nas redes sociais um valioso meio para disseminar informações sobre atividades sociais, ofertas de trabalho voluntário e trocar experiências com pessoas e outras organizações de várias regiões do planeta.

Ao optar por entrar nas redes sociais, a organização precisa ter a consciência de que a palavra de ordem neste meio virtual é atualização. Páginas sem informações ou com dados antigos afastam o internauta. E isso ainda pode gerar um efeito negativo.

O interessante das redes é promover a interatividade e abusar dos recursos disponíveis na web. Ao criar um blog, por exemplo, a organização pode colocar fotos de seus eventos, homenagear pessoas, valorizar as atividades feitas pela equipe de voluntários, despertar a curiosidade dos internautas acrescentando diária ou semanalmente notícias sobre o Terceiro Setor ou o próprio trabalho, colocar links com informações complementares de páginas de parceiros ou que tenham relação com o assunto principal do blog, postar vídeos e textos. Tudo depende da criatividade e das estratégias de uso da internet 2.0.

E quem acha que entrar nesse mundo virtual de informações é difícil não precisa se assustar. Há uma série de sites que ensinam a criar as páginas e outros com ferramentas fáceis e intuitivas. As barreiras de idioma também ficaram para trás. A maioria dos sistemas já está em português.



"Elaborar o cardápio de 8 mil crianças de 90 escolas e creches, considerando o valor nutricional indicado para cada idade, é o que chamo de um gigantesco desafio. Mas, nas ocasiões em que eu conto com o Programa Nutrir, tudo fica mais fácil. Ele funciona como uma ferramenta que me ajuda a estar próxima das merendeiras e a trabalharmos motivadas e unidas. No meu trajeto de Programa Nutrir, aprendi muito. Especialmente que é fundamental colocar o coração no que fazemos."

Kizze Fajardo,
Fortaleza, CE
Nutricionista

O Programa Nutrir da Nestlé completa 10 anos de trabalho voltado para o combate à desnutrição e à obesidade em comunidades de baixa renda do país. Conheça mais sobre essa iniciativa que já capacitou 11 mil educadores e beneficiou 1,2 milhão de crianças. www.nestle.com.br/nutrir

 **Nestlé**
Good Food, Good Life





Planejo, logo existo


Avaliar o ano que passou e planejar o que virá é essencial para a existência de um programa empresarial de voluntariado

O planejamento estratégico, hoje, é uma ferramenta muito utilizada no Terceiro Setor, fator que garante que as questões sociais ganhem mais profissionalismo com atividades, metas e indicadores concretos. Outro fator importante do planejamento estratégico é que, dependendo de como for mediado, pode incluir todos os envolvidos no projeto nas decisões a serem tomadas. Quanto mais pessoas pensantes, menos erros o planejamento pode incorrer.

Essas características também podem ser levadas para um Programa Empresarial de Voluntariado (PEV), especialmente se for encarado como um projeto social da empresa e de seus colaboradores. Um dos principais argumentos para os colaboradores participarem de um PEV é que um voluntário pode impactar mais na sociedade se sua ação for coletiva, com os colegas de trabalho, por exemplo. Assim, encará-lo como um projeto social, no qual os colaboradores avaliam o que fizeram, definem temas e públicos a serem trabalhados, as metas, atividades e indicadores possibilita que o programa seja concreto, fazendo os colaboradores se comprometerem com todo o processo e empoderando-os para as questões sociais.

Entretanto, a metodologia do planejamento estratégico precisa ser bem definida, dando voz e possibilidade de decisão ao grupo de colaboradores. A interferência da empresa pode existir, mas mediante a troca de ideias, sem imposição. Um planejamento pode conter: avaliação dos resultados, análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, desafios e questões para serem trabalhadas, macro e microestratégias, plano de ação e indicadores.

Essa é uma boa maneira de fazer com que o programa fuja de ações puramente assistencialistas e promova atividades de alto valor de impacto social. Os voluntários devem ter a possibilidade de se tornarem empreendedores sociais, aproveitando a força do conjunto e mobilizando novos colegas.

O início do ano é o momento ideal para quem fomenta um programa de voluntariado – um momento no qual os sonhos e a solidariedade estão na pauta da vida de muitos colaboradores. Nada melhor que os desejos de viver em uma sociedade mais justa possam ser discutidos para, organizadamente, serem colocados em prática. 



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076



Conhecimento é a mola propulsora do desenvolvimento

Pensando em suprir as necessidades das instituições do terceiro setor a Newdbase, após anos de experiência em Database Marketing, conseguiu reunir conhecimento e tecnologia para auxiliá-lo no que tange a banco de dados e informações sobre o perfil de Doadores Efetivos.

Através de pesquisas de mercado com doadores para as instituições neste setor, a Newdbase identificou perfis de pessoas com o hábito de efetuar doações, que reúnem características específicas e importantes diferenciais que os distinguem e que podem ser explorados como novos e efetivos doadores nas sua ações de marketing dirigido.

Se a sua Instituição visa ampliar, melhorar o relacionamento ou obter resultados mais efetivos, entre em contato conosco, nossos consultores terão prazer em ajudá-lo para que você possa atingir seus objetivos.

Newdbase, Informações com excelência em resultados.

A nova Lei da Filantropia: presente de Natal ou castigo para o Ano Novo?



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado, administrador de empresas e pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, em Lisboa. É consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M. Biasioli Advogados e idealizador e editor da Revista Filantropia.

Na carona do Natal, o Poder Legislativo, fazendo as vezes do bom velhinho, colocou debaixo da árvore a nova Lei da Filantropia, nº 12.101/09, sancionada pelo presidente da República e publicada no Diário Oficial da União em 30 de novembro passado.

A lei, sucessora do decreto nº 2.536/98 e do artigo 55 da lei nº 8.212/91, teve a missão de reconstruir a regulação da certificação das entidades beneficentes de assistência social e da isenção das contribuições para a seguridade social, e se tornar a vedete que imprime um novo marco legal ao Terceiro Setor no que se refere à Política Nacional de Assistência Social.

A leitura desatenta, desprovida de malícia jurídica, só enxerga obviedade, como questões de mudança de competência para julgamento da entidade social, para os Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social; prazos para renovação e validades de certificado; inexigibilidade de desmembramento de atividade social; e outras querelas de menor importância. Contudo, aquilo que se lê e não se vê, há de se temer. Assim, é bom desembulhar para saber se o “presente de Natal” em verdade não é um “presente de grego”, e esse será o desafio.

Contrapartida da isenção previdenciária

Discute-se no Supremo Tribunal Federal (STF), há dez anos, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 2.028, o fato de uma lei que não foi votada pela maioria absoluta do Congresso Nacional poder impor regras ao controle da imunidade tributária das entidades beneficentes. Ocorre que o mérito da ação é

justamente para soterrar a nova redação do artigo 55 da lei nº 8.212/91, que regulava a isenção previdenciária das entidades beneficentes. Ao examinar devidamente a nova lei, logo se identifica que o referido artigo foi revogado.

Nesse cenário, a Adin perdeu seu objeto, ao menos para produzir efeitos futuros, pois ainda que o STF reconheça como inconstitucional a redação da lei nº 9.732/98, que alterou a redação primitiva do artigo 55, a decisão dificilmente atingirá o mérito da nova regulação, por uma questão de ordem processual.

De modo didático, as filantrópicas, para serem imunes ao recolhimento das contribuições sociais, ficariam obrigadas apenas a atender as regras impostas pelo artigo 14 do Código Tributário Nacional, que são: I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; II – aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais; III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Em outras palavras, qualquer exigência relacionada à obrigatoriedade de se fazer gratuidade ou possuir outros reconhecimentos públicos como condição *sine qua non* a tal benefício fiscal pode cair por terra com a procedência daquela ação.

Por base, todos os processos administrativos perderiam o objeto e o fisco correria grande risco de ter de devolver os frutos havidos em embates com o ente social, sob a guarida da lei nº 8.212/91. De outro lado, julgada improcedente, a regra da referida lei continuou sendo aplicada até 29 de novembro de 2009, ou seja, um dia antes da nova lei nº 12.101/09 entrar em vigor, sendo

que, dali em diante, mesmo que a Adin seja procedente, a eficácia da nova lei somente será suprimida, pelo mesmo argumento jurídico, se for intentada outra ação de igual natureza.

Política de Estado *versus* política de governo

Embora alvo de diversas críticas, não se pode esquecer que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) possuía uma singularidade quanto à participação popular em seus processos. Por ser um órgão paritário, havia possibilidade real de sistematizar um mecanismo regulador de normas considerando as mais diversas visões e interesses.

Hoje, entretanto, pouco se sabe sobre o *modus operandi* que será adotado pelos ministérios, embora não subsista surpresa ao se deparar com políticas de governo e não de Estado, nas quais o apadrinhamento político contará pontos no placar da certificação.

Pode ser prematuro afirmar, mas um cartório político poderá ser instalado se medidas não forem tomadas no sentido de que a sociedade civil tenha voz e poder para decidir conjuntamente com ministérios, nos moldes da política anteriormente praticada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome por meio do CNAS.

Inexigibilidade de cisão *versus* preponderância

Alardeava-se que a nova lei viria com a exigência de que as entidades que possuem mais de uma finalidade social fossem obrigadas a segregar suas atividades em pessoas jurídicas com personalidades distintas. Contudo, o novo marco legal não cometeu essa heresia jurídica, pois afrontaria cláusula pétrea da Constituição Federal, que é o direito de associação para fins lícitos.

Para compensar tal supressão, o Poder Legislativo impôs às entidades que promovam, ao menos em sede contábil, a segregação patrimonial para fins de se identificar a serventia do patrimônio. E mais, regulou que a competência para julgamento das instituições será atribuída pela própria entidade, ou seja, o que prevalecerá será a atividade preponderante da entidade. O que se pergunta é: de que modo as entidades saberão qual a sua atividade preponderante se o único critério apontado pela nova norma é avaliar o que dispõe o cartão CNPJ?

Intimamente, sabe-se que atividade preponderante é aquela que consome mais o ativo da entidade. Mas e

para aquelas que captam recursos por meio da geração de renda? Pode-se pensar em um critério de ordem financeira, talvez como o volume de receita?

Por ora, o importante é segregar ao menos na seara contábil, por meio de centros de custos, as atividades sociais, cuja prática corroborará com a identificação da serventia patrimonial.

O lado oculto da regulação da assistência social


Consta da lei, como condição à conquista do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), que a entidade de assistência social deve realizar ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem dela necessitar.

É sabido que tal normativo seguiu os parâmetros da Loas; porém, o fato curioso é que não se impôs nenhuma exigência quanto à limitação orçamentária que a instituição deve aplicar em suas ações sociais, pois antes havia a imposição do emprego de recursos nos seus fins, de ao menos 20% da receita bruta, mas agora, ante à previsão de que elas devem ser gratuitas, há uma suscitação a fazer: será que as práticas de gratuidades parciais serão admitidas?

Ao que tudo indica, não, pois pelo conceito amplo, as ações se destinam a quem dela necessitar, e assim aquele que pode pagar, ainda que parcialmente, não se enquadraria em tal conceito.

Trava-se aqui um grande dilema para as instituições de assistência social, pois antes se sabia do mínimo, agora só se sabe do máximo de quanto se deve aplicar em ações gratuitas, isto é, tudo aquilo que ela arrecada.

É salutar lembrar que a nova lei não retirou do CNAS o poder de regular as políticas da assistência social; basta conferir o que dispõe o artigo 18 da Loas, e, assim, caberá a ele manter ou não parte da Resolução nº 177/00, no tópico que determina o quilate de 20% de emprego das receitas brutas em assistência social.

Em época de discussões mundiais climáticas com a Conferência COP15, em Copenhague, na Dinamarca, Papai Noel chegou para esquentar o clima das entidades filantrópicas, trazendo uma nova lei encomendada pelo Poder Legislativo com adornos do Poder Executivo. O que será visto daqui para frente é se o bom velhinho fez ou não um bom trabalho! 



Atestado Médico

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por maioria dos ministros do Pleno, cancelar a orientação jurisprudencial nº 154 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), cujo teor é: “Atestado Médico – INSS. Exigência prevista em instrumento normativo – a doença profissional deve ser atestada por médico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), se tal exigência consta de cláusula de instrumento normativo, sob pena de não-reconhecimento do direito à estabilidade.”

 www.tst.gov.br

Vale-Cultura

De acordo com o projeto (PLC 221/09), o benefício de R\$ 50 será concedido pelas empresas que aderirem ao Programa Cultura do Trabalhador, para posterior compensação no pagamento do Imposto de Renda devido até o limite de 1% deste total. Com o vale, será possível comprar bilhetes para shows, peças teatrais e cinema, além de livros. Segundo o ministro Juca Ferreira, a política de inclusão sociocultural foi criada porque “não há sentido apoiar a produção cultural sem apoiar seu consumo”, referindo-se à Lei Rouanet.

 www.senado.gov.br

Omissão de doença

Trabalhador vítima de doença ocupacional pode obter direito a pagamento de uma pensão mensal. Porém, se tiver omitido a enfermidade da empresa, acaba arcando com parte da culpa, e o benefício é reduzido. A lição pode ser entendida a partir de recente decisão da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), envolvendo uma empresa agrícola e um trabalhador que adquiriu doença lombar – abaulamento discal – carregando pesados feixes de cana sem intervalo.

 www.trt5.jus.br

Entregas com horário marcado

As empresas paulistas agora precisam fixar dia e hora para a entrega de produtos aos consumidores. A nova lei foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e seu não-cumprimento pode gerar multa de até R\$ 3 milhões. A fiscalização será feita pelo Procon-SP. De acordo com a norma, as empresas devem, no momento da contratação, informar quais as datas e horários disponíveis para entrega do produto ou prestação do serviço. Os turnos para a entrega definidos são das 7 às 12h, das 12 às 18h e das 18 às 23h. A lei também vale para o comércio à distância ou não-presencial, como as compras pela internet ou pelo telefone.

 www.conjur.com.br

Salário-Maternidade

O salário-maternidade é devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, à empregada doméstica, à contribuinte individual, à facultativa e à segurada especial, durante 120 dias, com início até 28 dias anteriores ao parto e término 91 dias depois dele, considerando, inclusive, o dia do parto.

 www.iob.com.br

Contribuições à previdência

O adicional de um terço sobre as férias, o auxílio-creche e o que for pago ao trabalhador durante os primeiros 15 dias de afastamento antes da concessão do auxílio-doença estão livres da incidência de contribuição previdenciária paga pelas empresas. A pequena lista de abatimentos foi conseguida graças a uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Como esses valores são tipos de indenização, segundo a decisão, estão fora da base de cálculo das contribuições à previdência, que devem onerar exclusivamente as remunerações.

 www.conjur.com.br

DCTF: apresentação passará a ser mensal

A Receita Federal baixou a Instrução Normativa nº 974/2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2009, que traz novas normas disciplinadoras da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), as quais serão aplicáveis em relação aos fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2010. A legislação abarca todas as pessoas jurídicas.

 www.receita.fazenda.gov.br

Ensino religioso

O plenário do Senado aprovou a ratificação do acordo que cria o novo Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Assinado em agosto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com o papa Bento XVI, o tratado reconhece, entre outras coisas, a importância do ensino religioso no país. O texto de 20 artigos consolida condutas e procedimentos já adotados pela Igreja Católica, como o casamento religioso e a imunidade tributária de paróquias, dioceses e arquidioceses, concedendo segurança jurídica a esses atos ou situações. Apesar de estar presente no tratado bilateral, a menção ao ensino religioso não deixa claro se haveria preferência à doutrina católica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já prevê a educação religiosa opcional, mas a regulamentação da disciplina fica a cargo de cada Estado ou município.

 www.ultimainstancia.com.br



CNAS: serviços socioassistenciais

A resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 11 de novembro de 2009, aprovou a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Assim, ficou estabelecido que os serviços poderão se dividir em: I – Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. II – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva; b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

 www.mds.gov.br/cnas

Limitação de juros I

A Comissão de Legislação Participativa acolheu a sugestão nº 129/09, do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), que limita os juros cobrados em empréstimos – por bancos e demais instituições financeiras – a 40% do custo de captação dos recursos emprestados. Pelo projeto, o Banco Central será encarregado de fiscalizar os custos de captação de dinheiro pelas instituições financeiras e as taxas de juros cobradas no empréstimo desses recursos.

Limitação de juros II

A medida foi transformada em projeto de lei complementar (ainda sem número) que regulamenta o artigo 192 da Constituição. Este artigo estabelece que o sistema financeiro nacional deverá ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade.

 www.camara.gov.br

Nova Lei do Cooperativismo

A Lei Geral das Cooperativas (lei nº 5.764/1971), em vigor há quase 40 anos, poderá passar por grandes alterações em todo o seu conteúdo. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está analisando duas propostas nesse sentido, que atualizam a legislação do setor. Ao contrário do que determinou a Constituição de 1988, por exemplo, a proposta prevê a tutela do Estado sobre o sistema cooperativista.

 www.senado.gov.br

Tributação previdenciária

A instrução normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, estabelece normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e aquelas destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Receita Federal. Assim, uma vez que as cooperativas, associações, entidades de qualquer natureza ou finalidade e o condomínio se equiparam à empresa, para fins de cumprimento de obrigações previdenciárias, é de suma importância a leitura e a compreensão do teor do referido normativo.

 www.receita.fazenda.gov.br

1 **Nossa organização trabalha na modalidade de creche. Devo pagar insalubridade para as pessoas que cuidam das crianças?**

Segundo recente julgado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), funcionários que cuidam de crianças em creche não fazem jus ao adicional de insalubridade. Segundo o ministro Corrêa da Veiga, do TST, não há como reconhecer insalubridade uma vez que “tais atividades não encontram previsão expressa nas Portarias do Ministério do Trabalho”.

2 **É lícita a aplicação de multa progressiva por atraso no pagamento de contribuição sindical?**

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê a aplicação de multa pecuniária progressiva pelo atraso no pagamento da contribuição sindical, de forma que os juros de mora superem o valor principal. Em razão disso, os julgadores negaram provimento ao recurso de um sindicato de escolas particulares de Minas Gerais que reivindicava a incidência dos acréscimos legais estabelecidos no artigo 600 da CLT. Segundo o relator do STF, o artigo 600 da CLT se encontra revogado porque ofende o princípio da proporcionalidade (proibição do excesso, com a adoção de medida justa, prudente e apropriada à necessidade exigida pela situação concreta) e possui efeito de confisco, o que é proibido pelo artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal.

3 **As entidades sem fins lucrativos são isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)?**

Através de solução de consulta, a RFB se manifestou no sentido de que somente as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações que cumprem todos os requisitos legais para gozo da isenção do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o

lucro líquido (CSLL), previstos no artigo 15 da lei nº 9.532/1997, é que fazem jus, desde 1º de fevereiro de 1999, à isenção de Cofins relativa às receitas derivadas de atividades próprias.

4 **Posso conceder férias coletivas aos funcionários de uma instituição filantrópica?**

Não há qualquer impedimento à concessão de férias coletivas aos funcionários de uma entidade sem fins lucrativos. Contudo, a legislação estabelece algumas regras. As férias poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a dez dias corridos. O empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 15 dias, as datas de início e fim das férias, informando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida. No mesmo prazo, o empregador enviará cópia da aludida comunicação aos sindicatos representativos da respectiva categoria profissional e providenciará a fixação de avisos nos locais de trabalho. Ainda, o empregador deverá ponderar eventuais cláusulas de documento coletivo de trabalho (acordo, convenção ou sentença normativa) da respectiva categoria profissional, a fim de averiguar a possibilidade de subsistir períodos específicos.

5 **Entidades do Terceiro Setor são obrigadas a cumprir cotas de contratação de Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD)?**

Segundo o entendimento majoritário adotado pelas Delegacias Regionais do Trabalho e de acordo com alguns julgados já exarados pela Justiça do Trabalho, estando as organizações do Terceiro Setor equiparadas às empresas por força do artigo 14 da lei nº 8.213/91, há necessidade de cumprimento das cotas de PPD nos mesmos moldes aplicáveis às pessoas jurídicas com fins econômicos. Há, ainda, bastante divergência quanto ao tema, pois algumas entidades atuam justamente promovendo a inserção de PPDs no mercado de trabalho.

Janeiro

Dia	Obrigações	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/09
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de dezembro/09
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a dezembro/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	GFIPI	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social
8	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a novembro/09
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de dezembro
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS da competência dezembro/09 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/08
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a dezembro/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
22	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/09
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/09
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a novembro de 2009
31	Contribuição sindical - empregados	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em dezembro/09
	Contribuição sindical patronal	Recolhimento da contribuição sindical às respectivas entidades de classe. Consultar a respectiva entidade sindical, a qual pode fixar prazo diverso
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/09
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos entre 1 e 15 de janeiro de 2010 (art. 35 da lei nº 10.925/04, alterado pela lei nº 11.196/05)
	GFIPI (competência 13)	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente - 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009
	Previdência Social (INSS) Plano anual de ação de atividades	Apresentação ao INSS, pela pessoa jurídica de direito privado beneficiada com a isenção de que tratam os artigos 206 e 207 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/1999, do plano de ação das atividades a serem desenvolvidas durante o ano em curso

Fevereiro

Dia	Obrigações	Fato gerador
5	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de janeiro/10
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a dezembro/09
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência janeiro/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência janeiro/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos entre 16 e 31 de janeiro de 2010 (art. 74 da lei nº 11.196/05)
19	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência janeiro/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro de 2010 (conforme redação dada pela lei nº 11.196/05, art. 70, item I, alínea d)
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/09
25	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/09
26	Contribuição sindical	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em janeiro/10
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/09
	Comprovante anual de rendimentos de pessoas físicas	Fornecimento pelas fontes pagadoras às pessoas físicas beneficiárias do comprovante de rendimentos pagos e de retenção do Imposto de Renda na Fonte relativos aos rendimentos pagos em 2009
	Difir	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte referente a 2009
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos entre 1 e 15 de fevereiro de 2010 (art. 74 da lei nº 11.196/05)

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 965,67	8 %	8 %	
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	9 %	
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	11 %	
2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 965,67	8 %	12 %	20 %
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	12 %	21 %
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	12 %	23 %
3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao máximo do salário de contribuição.				
4 - Salário mínimo				
Período		Valor		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
a partir de março/08		R\$ 415		
a partir de fevereiro/09		R\$ 465		
a partir de janeiro/10		R\$ 510		

IR - Fonte e Carnê Leão (2008)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.434,59	-	isento
acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.150	7,5 %	R\$ 107,59
acima de R\$ 2.150,01 até R\$ 2.866,70	15 %	R\$ 268,84
acima de R\$ 2.866,71 até R\$ 3.582	22,5 %	R\$ 483,84
acima de R\$ 3.582,00	27,5 %	R\$ 662,94

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês;
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; e,
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

* Tabelas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira - CRC TC - 1SP224511/0-6, bacharel em Direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.



Nova Lei da Filantropia

Organizações devem começar a se adaptar às mudanças trazidas pela lei nº 12.101/09, que altera os caminhos para a certificação

Por Thaís Iannarelli

A partir do dia 30 de novembro de 2009, as organizações sociais se viram diante de uma mudança na legislação que afetará muito sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito à certificação das entidades beneficentes de assistência social. Nessa data entrou em vigor a lei nº 12.101/09, conhecida como a Nova Lei da Filantropia.

Uma das principais características da lei envolve os pedidos da certificação, que garante a isenção de contribuições previdenciárias patronais e sociais, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Antes, estes eram dirigidos ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); agora, os pedidos passam aos ministérios ligados à atividade da organização. Uma instituição que atua na área da saúde, por exemplo, deve dirigir seus pedidos ao Ministério da Saúde, assim como as de educação devem se encaminhar ao Ministério da Educação (MEC).

No caso das organizações da área de educação, houve mudanças também em relação à comprovação da receita anual aplicada em gratuidades, ao atendimento aos padrões mínimos de qualidade avaliados pelo MEC e às bolsas de estudo. Já para as instituições voltadas para ações de saúde, a lei dá mais um subsídio para atingir a meta mínima de 60% de atendimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – além das internações, poderão ser contabilizados os atendimentos ambulatoriais.

As novas regras fazem parte da pauta de 2010 para as organizações do Terceiro Setor. O seu regulamento ainda não foi divulgado, mas a Nova Lei da Filantropia já faz parte da Constituição Federal. Por isso, as instituições já podem se preparar para fazer a adequação às novas regras previstas em lei.


Para melhor entendimento do assunto, a **Revista Filantropia** preparou um quadro explicativo sobre as mudanças da lei nº 12.101 e a forma como podem afetar o funcionamento das atividades das organizações.

Aspectos contábeis da Nova Lei da Filantropia

Muito esperada pelas instituições, a Nova Lei da Filantropia trouxe alguns aspectos que devem ser analisados pela sua aplicabilidade. Destacam-se alguns:

- o Estado incide novamente no erro de tipificar as entidades beneficentes das áreas da educação, saúde e assistência social como passíveis de serem isentas de contribuições para a Seguridade Social. O equívoco do Estado é tratar de isenção, enquanto o Excelso Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que se trata de imunidade;
- em um só diploma legal, a lei nº 12.101/09 disciplina a certificação como entidade beneficente de assistência social e a isenção de contribuições para a Seguridade Social;
- a certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstrar, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, o cumprimento das exigências contidas nas seções I, II, III e IV do capítulo II da lei nº 12.101/09, de acordo com as respectivas áreas de atuação. Deve cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) ser constituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecida pelo Ministério competente de sua área de atuação como entidade beneficente de assistência social; b) prever no Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, seu patrimônio social remanescente seja destinado à entidade sem fins lucrativos congênere ou à entidade pública;
- a certificação ou renovação poderá também ser concedida à entidade beneficente em prazo inferior a 12 meses de sua constituição se for prestadora de serviços por meio de convênio ou instrumento congênere com o SUS ou o Suas, e caso haja necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema;
- a entidade beneficente certificada fará jus à isenção de contribuições para a Seguridade Social previstas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212/91, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: a) não conceda aos seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios direta e indiretamente ou por qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; b) aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; c) apresente certidão

negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); d) mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e) não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; f) conserve em boa ordem, pelo prazo de dez anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; g) cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; h) apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas, por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- o direito à isenção das contribuições para a Seguridade Social, consoante ao artigo 31 da lei nº 12.101/2009, poderá ser exercido pela entidade a contar da data da publicação da concessão de sua certificação;
- a entidade beneficente de assistência social que atua em mais de uma das áreas, ou seja, de educação e assistência social ou saúde, deverá manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada;
- o pedido de certificação ou renovação da entidade beneficente de assistência social que atua em mais de uma das áreas explicitadas deverá ser protocolizado no Ministério responsável pela área de sua atuação preponderante;
- as entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação da lei nº 12.101/2009, ou seja, 30 de novembro de 2009, poderão requerer a renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social até a data de sua validade;
- os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome procederão ao cadastramento de todas as entidades sem fins lucrativos, beneficentes ou não, atuantes em suas respectivas áreas em até 180 dias, a contar de 30 de novembro de 2009, e tomarão os respectivos cadastros disponíveis para consulta pública. 



Guia da Nova Lei da Filantropia

Fonte: Marcos Biasioli, Talita Falcão e Ricardo Curia
Montemagni – Mbiasioli Advogados

Decreto nº 2.536 (como era)	Lei nº 12.101 (como ficou)	Comentários
Na certificação /renovação (tramitação em geral)		
Tempo de efetivo funcionamento para requerimento		
Três anos	Mínimo de 12 meses – observar demonstração do exercício fiscal anterior ao do requerimento. Entidades de Saúde e Assistência Social podem ter prazo reduzido em caso de necessidade atestada pelo gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (Suas), respectivamente	<i>Reduzido o tempo de existência da entidade para requerer a certificação</i>
Validade do certificado		
Três anos	Prazo mínimo de um ano, prazo máximo de cinco anos, observando-se o regulamento de cada Ministério competente	<i>Ainda depende de regulação específica de cada Ministério, porém, um prazo diminuto exigirá ainda mais atenção das entidades no controle dos requisitos para contínua renovação do certificado</i>
Competência para julgar		
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	Ministério da Educação, da Saúde ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	<i>Haverá três “CNAS”, um para cada Ministério</i>
Competência para entidades com atividade mista		
CNAS	Ministério competente será determinado pela atividade preponderante (indicada em cartão de CNPJ)	<i>A questão da preponderância da atividade fica adstrita ao meramente indicado no cartão de CNPJ</i>
Concessão originária		
Sem previsão	Processos protocolados antes da publicação da lei serão remetidos ao Ministério competente para julgamento em 180 dias	<i>Uma promessa de agilidade de trâmite processual, nos moldes da Meta 2 do Judiciário</i>
Renovação		
Protocolo até a data de validade do certificado anterior	Protocolo com antecedência de seis meses da data de vencimento de validade do certificado. Processos protocolados antes da publicação da lei serão remetidos ao Ministério competente para julgamento em 180 dias	<i>No caso de opção do Ministério pela validade de apenas 12 meses, a entidade deverá a cada seis meses preparar o dossiê de documento para renovação, o que gera um esforço infindável</i>
Recursos		
Da decisão caberá recurso no prazo de dez dias	Caso deferido, não cabe recurso. Caso indeferido, cabe recurso, com efeito suspensivo, em 30 dias da data da publicação.	<i>Favorável à entidade, em especial na questão do efeito suspensivo</i>
Representação		
Prazo de defesa de 30 dias contados da ciência, cabendo recurso pela Receita Federal Brasileira (RFB) em caso de indeferimento	Prazo de defesa de 30 dias da ciência, não cabendo recurso pela RFB em caso de indeferimento	<i>Favorável à entidade</i>

Decreto nº 2.536 (como era)	Lei nº 12.101 (como ficou)	Comentários
Gratuidades: Saúde		
Percentual de gratuidade		
60% SUS – comprovação anual em internações realizadas – pacientes/dia e atendimento ambulatorial. Percentual pode ser individualizado por estabelecimento	60% SUS – comprovação anual em internações realizadas – pacientes/dia e atendimento ambulatorial, devendo ainda comprovar o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas em convênio. Percentual pode ser individualizado por estabelecimento desde que não abranja outra entidade com personalidade jurídica própria mantida pela entidade	<i>Refém de metas do gestor do SUS</i>
Complementação de gratuidade		
<ul style="list-style-type: none"> • 100% se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30%; • 50% de redução no percentual de aplicação em gratuidade se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 30%; • 75% de redução no percentual de aplicação em gratuidade se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50% ou se completar o quantitativo das internações hospitalares, medido por paciente/dia, com atendimentos gratuitos devidamente informados por meio de Comunicação de Internação Hospitalar (CIH), não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte 	<ul style="list-style-type: none"> • 20% se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30%; • 10% se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 30% e inferior a 50%; • 5% se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50% ou se completar o quantitativo das internações e atendimentos ambulatoriais, medido por paciente/dia, com atendimentos gratuitos devidamente informados, não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte. • Não será admitida como gratuidade a diferença entre valores praticados pela entidade e o valor pago pelo SUS 	<i>Extermínio do aproveitamento dos resultados sociais da atividade mista</i>
Gratuidades: Educação		
Percentual de gratuidade e receita base de cálculo		
Aplicar anualmente em gratuidade pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, da locação de bens, da venda de bens não-integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas	A entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida , nos termos da lei nº 9870/99	<i>Base de cálculo passa a ser a receita efetivamente recebida, diferentemente do critério anteriormente utilizado, mais abrangente</i>
Concessão de bolsas (percentuais)		
Resolução CNAS 177/200 – fala em gratuidade integral e parcial, sem delimitar percentuais	<p>Bolsas de Estudos Integrais – um a cada nove alunos pagantes – destinadas a alunos com renda familiar <i>per capita</i> entre 1 e ½ salário mínimo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bolsas de 50% – quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido – destinadas a alunos com renda familiar <i>per capita</i> de até três salários mínimos. • Para a entidade que atua não só na educação básica ou em área distinta da educação, mas que também atua na educação superior, aplica-se o disposto no artigo 10 da Lei do Prouni 	<i>Na lei anterior não constava tal exigência, o que permitia ousar na seleção</i>

Decreto nº 2.536 (como era)	Lei nº 12.101 (como ficou)	Comentários
Complementação de gratuidade		
Sem previsão	<p>Para o cumprimento das proporções previstas, a entidade poderá contabilizar o montante destinado a ações assistenciais, bem como o ensino gratuito da educação básica em unidades específicas, programas de apoio a alunos bolsistas, tais como transporte, uniforme, material didático, além de outros definidos em regulamento, até o montante de 25% da gratuidade.</p> <p>Existência de adequação sucessiva nos três primeiros exercícios a partir da publicação da lei:</p> <p>I – até 75% no primeiro ano;</p> <p>II – até 50% no segundo ano;</p> <p>III – 25% a partir do terceiro ano.</p>	<i>Positivo para se determinar um período de transição até o atendimento integral da nova regra</i>
Compensação de gratuidade		
Sem previsão	Compensação de gratuidade: as entidades de educação que não aplicarem em gratuidade o percentual mínimo poderão compensar o percentual no exercício subsequente, com o acréscimo de 20% sobre o percentual a ser compensado, desde que tiverem aplicado pelo menos 17% em gratuidade	<i>Permite-se certo deslize para recuperar no próximo exercício. A entidade não deve contar com essa possibilidade em seu plano de ação, pois o barato pode sair caro</i>
Perfil socioeconômico (PSE)		
Sem previsão	Passa a ser obrigatório, com a responsabilidade direta dos pais do aluno bolsista acerca da veracidade das informações prestadas, cabendo o cancelamento a qualquer tempo em caso de falsidade ideológica	<i>Resguardo positivo à entidade para comprovação qualitativa da gratuidade, bem como em face de eventuais fraudes documentais cometidas pelos pais de bolsistas, que responderão civil e penalmente</i>
Cumprimento de metas		
Sem previsão	<ul style="list-style-type: none"> demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE); atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelo MEC. 	<i>Critério de rigorismo subjetivo e de difícil comprovação e execução</i>
Gratuidades: Assistência Social		
Percentual em gratuidade		
20%	Sem previsão expressa	<i>Poderá gerar grande discussão jurídica, pois o que a nova lei não dispõe e vice-versa, em tese não revoga a lei anterior (Lei de Introdução ao Código Civil - LICC)</i>

Decreto nº 2.536 (como era)	Lei nº 12.101 (como ficou)	Comentários	
Conceito de entidade de assistência social			
<ul style="list-style-type: none"> As entidades de assistência social a que se refere o <i>caput</i> são aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários sem fins lucrativos, bem como aquelas que atuam na defesa e garantia de seus direitos 	<p>Considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins deste decreto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de: I - proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; II - amparar crianças e adolescentes carentes; III - promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências; IV - promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde; V - promover a integração ao mercado de trabalho.</p> <p>As entidades que prestam serviços de habilitação e reabilitação de pessoa com deficiência e da promoção da sua integração à vida comunitária e aquelas abrangidas pela lei nº 10.741/03 poderão ser certificadas - 60% de sua capacidade de atendimento ao sistema público de assistência</p>	<p><i>Atividades assistenciais versus Atendimento do decreto nº 6.308/07:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Atendimento Assessoramento Defesa e garantia de direitos <p><i>Vínculo ao NOB Suas, com definição de complexidade do sistema: Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE (resolução 109/09 CNAS, que regula artigo 18 da Loas, não revogado)</i></p>	
Requisito específico			
Estar inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.	Continua crescendo a necessidade de integrar o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência e Promoção Social	<i>Vínculo da entidade de assistência social à rede socioassistencial privada no âmbito do Suas (gestor do Suas passa a ser protagonista)</i>	
Isenção			
Requisitos			
Observância dos requisitos do artigo 55 da lei nº 8212/91	Requisitos constantes na própria lei	<i>É reaberto o debate da norma apta à regulação de imunidade tributária: Lei Ordinária versus Lei Complementar</i>	
Procedimento			
Observância do decreto nº 3048/99	Observância da IN 917/09 da RFB		
Gozo da isenção			
Após deferimento de pedido administrativo à RFB	Isenção automática com o deferimento da certificação		

ABC do Braille

A inclusão escolar de deficientes visuais no Brasil enfrenta dificuldades, mas tem o auxílio de ONGs e profissionais especializados

Por Valeuska de Vassimon

No ano em que se comemora o bicentenário do nascimento de Louis Braille, criador do sistema de leitura e escrita para deficientes visuais, é importante discutir a inclusão escolar desse grupo no Brasil. Segundo o manual *A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular*, uma publicação do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Especial em parceria com a ONG Laramara, a educação da criança com deficiência visual deve considerar fatores como a fase da vida em que ocorreu a perda da visão, o tempo transcorrido desde então, como ocorreu o problema, entre outros.

A pedagoga Cristina Nassif trabalha há mais de 35 anos na área, tendo começado sua carreira na Fundação para o Livro do Cego no Brasil (atualmente Fundação Dorina Nowill para Cegos), no setor de Reabilitação. Para ela, “o aluno com cegueira ou visão subnormal sempre estudou em classes comuns”, embora o MEC afirme que ainda

existam escolas apenas para alunos com deficiência visual. Aos poucos, no entanto, tais escolas vão desaparecendo.

É importante destacar que, em uma escola regular, o aluno tem o apoio de uma professora especializada que também tem como função adaptar materiais e orientar os professores que o atendem nas diferentes áreas de estudo.

A Organização Nacional dos Cegos do Brasil defende, ainda, a educação inclusiva, embora reconheça que o grande problema seja a falta de suporte necessário para que o deficiente visual tenha êxito. Segundo o presidente da instituição, Antônio José do Nascimento Ferreira, hoje é garantido o acesso de cegos a qualquer escola, mas não é garantido o acesso ao livro em braille, à tecnologia que dê a ele autonomia na sala de aula e que proporcione igualdade no acesso à informação.

Saiba mais sobre o sistema braille

O prazer dos livros e da literatura está ao alcance de crianças, adolescentes e adultos com deficiência visual graças ao sistema de escrita e leitura por pontos em relevo, criado em 1825 pelo francês Louis Braille.

Natural de Coupvray, pequena aldeia a leste de Paris, Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809. Ficou cego em 1812, aos três anos, após se acidentar na oficina do pai. Ao tentar perfurar um pedaço de couro com uma soveia, aproximou-a do rosto, e acabou por ferir o olho esquerdo. A infecção se expandiu e atingiu o outro olho, deixando-o completamente cego.

Para desenvolver um sistema de leitura e escrita para pessoas cegas, ele utilizou como base o sistema de Barbier, usado para a comunicação noturna entre os soldados do exército francês. Em 1837, Louis Braille apresentou a versão final do sistema que, embora tenha levado algumas décadas para ser aceito na França, antes do final do século 19 já havia se difundido pela Europa e por outras partes do mundo.

Baseado na combinação de seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos, o sistema braille permite a formação de 63 caracteres diferentes, que representam as letras do alfabeto, números, simbologia aritmética, musicografia e, recentemente, da informática. Esse sistema se adapta à leitura tátil, pois os pontos em relevo devem obedecer à medida padrão, e a dimensão da cela braille deve corresponder à unidade de percepção da ponta dos dedos.



A professora Cristina Nassif auxilia alunos com deficiência visual na Fundação Dorina Nowill

A pedagoga Cristina lembra que as principais dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais nas escolas regulares são o desconhecimento, por parte da equipe da escola, em relação às especificidades da deficiência visual – o que pode levar ao preconceito – e à pouca atenção da escola em relação ao papel e orientação à família. Ela também destaca a falta de recursos pedagógicos, principalmente de livros em braille e com variedade de tipos. “Sem material, é impossível haver inclusão”, afirma.

Além disso, a falha na formação de profissionais pode levar a um atendimento que não auxilia adequadamente o aluno com deficiência visual. Ainda faltam profissionais especializados, por ausência de cursos ou desinteresse/desconhecimento do alunado para essa área de atuação.


Embora a lista de dificuldades seja extensa, nota-se cada vez mais o surgimento de tecnologias avançadas incorporadas pelo sistema braille. “As novas tecnologias estão voltadas ao aparecimento de impressoras e programas computadorizados, que facilitam a digitação e a impressão de material nesse sistema, tornando-o mais ágil e econômico”, afirma Cristina.

Para ela, o desenvolvimento tecnológico oferece novos instrumentos para otimizar o manuseio do computador pelas pessoas com deficiência, proporcionando a democratização do ensino, da informação e da socialização, além de oferecer o acesso ao mercado de trabalho e o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo.

O Brasil ainda pode melhorar a inclusão escolar de deficientes visuais. “Para os profissionais de educação, o conhecimento do verdadeiro significado de inclusão tem importância capital. Eles devem estar atentos à mudança do perfil da população escolar”, afirma a pedagoga. Partindo dessa premissa, segundo Cristina, é importante que principalmente os governantes facilitem o acesso dessa clientela ao atendimento especializado e aos recursos especiais, visando à sua inclusão escolar e social.

Apoio à inclusão

Além da Fundação Dorina Nowill, onde a pedagoga Cristina Nassif trabalha até hoje, a Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara) apoia a inclusão educacional e social do deficiente visual em parceria com a família, escola e comunidade. As ações da organização incluem avaliação oftalmológica especializada, avaliação das necessidades educacionais especiais referentes à deficiência visual e atendimento específico de crianças e jovens de todo o Brasil.

Já o Instituto Paradigma tem auxiliado gestores e profissionais da área de educação, de diversas prefeituras, na elaboração do planejamento estratégico e na adoção de metodologias e políticas públicas para a inclusão educacional das pessoas com deficiência em todas as modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Profissionalizante e Superior). 



Links 

www.fundacaodorina.org.br
www.institutoparadigma.org.br
www.laramara.org.br

Ecorrelações: a prática da sustentabi



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações, e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

Sustentabilidade é a nova proposta para a sociedade. Um novo paradigma no qual o pensar e o agir têm visão social, ambiental e econômico-financeira, objetivando resultados benéficos aos três aspectos, de maneira equilibrada. Conciliar o propósito de cada organização com as demandas do ambiente e o exercício da sustentabilidade se tornou fundamental para os dias de hoje. Ninguém discute isso.

Por outro lado, deve-se reconhecer que a sustentabilidade virou rótulo para um conceito que pouco se entende na prática. A discussão é imensa diante de seu entendimento. A expressão está nas conversas do dia a dia como uma espécie de mantra: é repetida quase à exaustão, nos mais diversos contextos, e, mesmo assim, ainda parece distante da vida cotidiana.

Gestores estão cientes de sua importância para a perenidade do propósito de suas organizações. Todavia, entendem o termo como mais uma metodologia ou ferramenta a ser implementada, colocando-a na agenda como uma meta interessante, mas distante. O mesmo aconteceu nos anos 1990 com a internet: sabia-se que mudaria a forma de trabalho e que iria revolucionar o mundo, mas ninguém sabia como. Com a sustentabilidade é semelhante. É como se ela estivesse no alto de uma estante, impossível de ser alcançada, porém vista e entendida por inteiro.

Chega a causar desconforto àqueles que ainda não decidiram implementar mais essa “lição de casa” nos negócios. Não bastassem todos os processos produtivos, resultados financeiros, vendas e recursos humanos, surge mais um item a ser adicionado: ações

ambientais. Esse é o engano. A sustentabilidade não para no plantio de árvores para compensação de carbono ou na coleta seletiva. Ações necessárias, mas definitivamente insuficientes. Também não começa e não se resume a ações que somente minimizam impactos e não transformam os processos e, principalmente, os indivíduos. Então, o que é sustentabilidade e onde ela começa?

Primeiramente, não é meta, mas, sim, um caminho. Não é mais uma tarefa, mas um novo modelo mental de gestão e de tomada de decisões. Quando se pode usar o modelo funcional da natureza para inspirar esse conceito, é ambiental, já que, na natureza, os sistemas sustentáveis demonstram ser possíveis, pois estão baseados em padrões de relacionamento. Assim, sustentabilidade é a maneira como se estabelece a relação unidade-mundo; pode-se incluir também o ambiente, mas não apenas isso. É coisa de gente com o mundo que é gente. É tornar-se mais humano na visão de mundo para um progresso individual rumo a um progresso social. Para isso, o conceito tem de estar próximo das pessoas, ser compreensível e desejável.

Não adianta a organização possuir apenas uma postura ecologicamente correta no final de seus processos, seja no descarte adequado dos resíduos ou na compensação de carbono de suas emissões. É necessário pensar e fazer para ir além dessa consciência ecológica. Pensar e fazer atingindo a consciência sobre si mesmo no mundo. É entender que não há dualidade nisso e que a sustentabilidade é o relacionamento de união. É despertar e interagir com a sociedade,

lidade



incrementando a convivência com valores humanos, ambientais e organizacionais. Uma organização mais lúcida e mais consciente é mais ativa para a prática da sustentabilidade, ou as chamadas ecorrelações.

As ecorrelações se aplicam no cotidiano. Proporcionam um despertar sobre a consciência de mundo na vida e da vida no mundo. Aqueles que despertarem para ter um relacionamento ético, sensível e participativo, internamente e com o entorno, vão se tornar agentes poderosos de transformação social e terão mais sustentabilidade para si. Passarão a ter mais entendimento e facilidade de comunicação e envolvimento com consumidores, colaboradores, fornecedores, comunidade, agências governamentais, e terão ambiente para o desenvolvimento de programas socioambientais; serão fomentadores de novas formas valiosas de mercado; estabelecerão relações de qualidade e confiança, fortalecedoras para a perpetuação de seus propósitos e o alcance de resultados

desafiantes em longo prazo, mesmo diante das presentes e futuras demandas socioambientais.

No desempenho das ecorrelações, a ética é a base, e a participação para benefícios multissociais é o objetivo. Nesse conceito, ações ambientais não estão isoladas. Elas vêm na sequência de outras ações, frutos do princípio de convívio na identidade da organização. Missão, visão, valores e recursos humanos na mesma mira: sustentabilidade da organização no mundo e para o mundo.

Diante de uma sociedade “não-ambiental”, o posicionamento tradicional – igualmente “não-ambiental” – dos agentes de mudança (governo, organizações e sociedade civil) não poderá incorporar esse adjetivo sem que passe por profundos questionamentos acerca de seus valores. Antes de se estudar o ciclo da natureza para as decisões cotidianas, estude-se o da gentileza. Busquem-se novas formas de pensar o ambiente e a sustentabilidade, começando por repensar as relações humanas. O exercício da sustentabilidade são as ecorrelações. ♪

Aqueles que despertarem para ter um relacionamento ético, sensível e participativo, internamente e com o entorno, vão se tornar agentes poderosos de transformação social

M. ASSESSORIA
Contábil

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados para Fundações e Associações

- Contabilidade de acordo com as novas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade
- Assessoria de Recursos Humanos e Departamento Pessoal para o Terceiro Setor
- Assessoria e planejamento nas prestações de contas de projetos: MP, OSCIP/MJ, Prefeituras, Estados e Financiadores Privados
- Qualificações do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros

Energia limpa, consciência limpa

Construção da usina hidroelétrica Santo Antônio, no norte do país, utiliza técnicas inovadoras para otimização da geração de energia com baixo impacto ambiental



Marcio Zeppelini

marcio@zeppelini.com.br

Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial e da Diálogo Social Eventos



Mauro Zeppelini

mauro@zeppelini.com.br

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado, é diretor administrativo financeiro da Zeppelini Editorial e diretor da Diálogo Social Eventos

Recentemente, o Brasil viveu algumas horas na escuridão. O apagão que atingiu 18 Estados no último mês de novembro reanimou as já calorosas discussões sobre a infraestrutura do país para o esperado crescimento econômico dos próximos 10 ou 15 anos, alavancado também pelos eventos esportivos que se dará nesse período.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o país pretende investir R\$ 406 bilhões somente no quesito geração de energia. Daí vem a pergunta: qual é o melhor investimento em geração de energia que o Brasil deve aplicar? Entre tantas alternativas, o principal quesito para a tomada decisão, sem dúvida, é a de obtermos energia limpa, descartando qualquer hipótese em termoelétricas, que aumentam a emissão de gases, por exemplo. Resta optar por energias renováveis – aquelas que a natureza nos dá sem cobrar nada, retiradas da energia de ventos, mares, rios ou sol.

O problema é que, na maioria dessas opções, a relação “custo investido/megawatts gerados” não é tão atraente, como no caso da energia solar, com alto preço das fotocélulas. “Não há como pensar em solucionar a demanda energética brasileira sem se debruçar em um mapa hidrográfico e não perceber, ou simplesmente desconsiderar, o potencial energético que temos com a hidroeletricidade”, afirma Ricardo Marcio Martins Alves, gerente de Sustentabilidade da Santo Antônio Energia, empresa responsável pela construção da Usina Santo Antônio, no Rio Madeira, Estado de Rondônia.

A usina, há um ano em construção e prevista para iniciar a geração de energia já em dezembro de 2011, será a sexta maior hidrelétrica do país e gerará cerca de 3.150 megawatts. O problema é que defender a construção de uma usina hidroelétrica não é nada fácil, especialmente quando se fala no impacto ambiental da obra, estimulando as longas e antigas discussões sobre os efeitos desse tipo de intervenção na natureza.

Sob tal ótica, vê-se que a construção dessa nova usina no norte do país é uma obra diferenciada, pois tem como lema principal a sustentabilidade, não comprometendo recursos futuros e recompensando todos os danos ambientais, sociais e econômicos gerados.

Atualmente, novas tecnologias foram desenvolvidas a fim de minimizar, ou até zerar, os impactos na natureza. Um exemplo é o canal de migração para peixes, já aplicado em diversos equipamentos existentes no país. Ele permite a passagem e desova dos peixes rio-acima, interferindo menos no habitat e comportamento dos animais.

Tecnologias como essas ainda são recentes e, infelizmente, não estão presentes na maioria das 776 usinas hidroelétricas brasileiras, responsáveis por praticamente 70% da energia consumida internamente. Somente nos projetos mais atuais é que esse tipo de preocupação passou a fazer parte da rotina dos engenheiros e governantes.

Na Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio foram escolhidos processos que interferissem o mínimo possível na execução da obra. Um deles foi a decisão de construir a barreira com a técnica conhecida como “fio d’água”, com turbinas que trabalham na horizontal e diminuem a necessidade de se ter um grande desnível entre a região alagada e o leito original do rio. Para se ter uma ideia, a Usina de Itaipu tem 196 metros de desnível, enquanto a UHE Santo Antônio terá sua barreira com apenas 14 metros acima do nível normal do Rio Madeira.

Com isso, o impacto ambiental é infinitamente menor, pois a área a ser alagada é um pouco maior do que o normal em épocas de cheia. Um comparativo alarmante pode ser feito com a Usina Balbina, construída na década de 1970 no Estado do Amazonas, onde foram alagados 2.360 mil km². A nova obra alagará 110 km² e produzirá 12 vezes mais energia (veja quadro). “Aquilo é uma aberração. Não houve qualquer preocupação com a degradação do meio ambiente. Faz-se uma barreira e

se alaga, sem se importar com o que ficará por baixo”, revolta-se Valdemar Camata Jr., relações institucionais da Odebrecht, principal integrante do consórcio responsável pela construção da barragem. Na técnica fio d’água, após todo o trauma da obra em si, que deve levar o mínimo de tempo possível – neste caso, sete anos –, o rio volta a ter sua vida próxima do que tinha antes. “O rio continua passando, não queremos que fique parado, represado”, completa Camata.

A responsabilidade social do consórcio construtor da UHE Santo Antônio vai além daquele permeado pelos órgãos que definem o que pode ou não ser feito. Uma série de estudos de impacto na comunidade em torno da barragem e da população ribeirinha do Rio Madeira afetada pelo consequente alagamento de margens foi realizado e será devidamente recompensado, inclusive em suas atividades de subsistência, como o deslocamento da produção agrícola.

Dentre algumas das ações tomadas para a redução de todo impacto gerado pela obra, destacam-se:

- População ribeirinha: 1.130 famílias serão removidas e realocadas em novos bairros construídos de forma inteligente e com infraestrutura de saúde, educação, lazer e saneamento, benefícios que não existiam nas comunidades legítimas. Seis meses de negociações com os líderes comunitários prezaram principalmente o bem-estar das famílias;
- Desmatamento: para dar lugar ao reservatório da usina, o desmatamento de 111 mil km² foi mapeado pelo Ibama. Além disso, foram colhidas sementes e as mudas foram preparadas para replantio em outras áreas. A madeira é toda aproveitada e, após o desmonte dos canteiros de obras, a vegetação será recomposta com a mesma flora existente;
- Fauna aquática: o comportamento de mais de 700 espécies de peixes da região foi estudado por um período superior a um ano. Serão monitorados por pelo menos dez anos após a obra para que se garanta o estoque pesqueiro com a mesma quantidade, qualidade e diversidade;
- Fauna terrestre: todos os animais capturados são examinados e soltos em um curto espaço de tempo, respeitando a demarcação de território das espécies. O enchimento dos reservatórios, ao final da obra, será realizado em 15 dias (cerca de um metro por dia) para que a migração dos animais seja natural. Equipes de biólogos estudam desde já o comportamento desses animais e fazem o resgate do

Usinas em Região de Planície	Área dos Reservatórios (Km ²)	Potência da Usina	Relação Área Reservatório/ Potência da Usina (km ² /Mw)
Balbina	2.360	250	9,44
Samuel	584	217	2,69
Curuá-Una	78	30	2,60
Manso	387	210	1,84
Luiz E. Magalhães	626	850	0,74
Tucuruí (1ª Etapa)	2.414	4.000	0,61
Tucuruí (2ª Etapa)	2.414	8.000	0,30
Coroacy Nunes	23	67	0,35
Santo Antônio	271*	3.150	0,09

* A área alagada pelo reservatório representa praticamente a área alagada durante as grandes cheias do Rio Madeira. Descontada a área de inundação natural do rio, a área do reservatório é de 110 km²



Marcio Zeppelini

Atividade do programa Acreditar!, que forma profissionais para atuar na obra

canteiro de obras, a fim de devolvê-los à natureza o mais rápido possível;

- Fluxo de sedimentos e qualidade da água: são monitorados antes, durante e depois da implantação da usina a fim de manter a mesma característica do rio após o início das atividades da hidrelétrica. A obra é dotada de uma estação para o tratamento do esgoto gerado. Esta medida atende todo o complexo e evita a descarga de dejetos no Rio Madeira;
- Legado socioeconômico: ao contrário de outras obras de grande porte como esta, a mão de obra é 80% local, o que fortalece a economia durante e após a conclusão da obra, com a geração de negócios e empregos indiretos;

Na Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio foram escolhidos processos que interferissem o mínimo possível na execução da obra



Marcio Zeppelini

Obra da UHE Santo Antônio

- Reciclagem: todo o lixo gerado é tratado e/ou reciclado, dando a destinação correta aos resíduos.

Sabemos que o impacto socioambiental existe. Porém, se todas as obras conseguirem reduzi-lo ao máximo e estabelecerem programas de compensação a fim de neutralizá-lo, o crescimento do Brasil será bem menos traumático.

População local é capacitada

Em grandes obras civis, na maioria das vezes, é necessário o deslocamento de milhares de trabalhadores de base para o local da obra. O impacto social que isso causa é tremendo, devido ao próprio inconveniente da migração.

Nesta obra, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, empresas responsáveis, resolveram usar outra estratégia: a de capacitar previamente moradores locais a fim de contratar mão de obra local. “Muitos deles eram

analfabetos funcionais e saíram do programa, após mais de 200 horas de treinamento, como cidadãos com profissão e sorriso no rosto”, comemora Antônio Cardili, responsável pelo programa. Cardili criou e implantou o projeto há três anos, antes mesmo de sair a licença ambiental para a execução da obra.

O programa, batizado de Acreditar!, já formou 5 mil pessoas e tem, hoje, os cargos de operadores de máquinas, eletricitas, armadores, carpinteiros, entre outras funções necessárias à execução da obra. Dentre eles, 12% do efetivo é preenchido pela força feminina, mulheres que ocupam posições antes exercidas apenas por homens, como pedreiros, motorista de máquinas pesadas e caminhões.

“Não é um projeto social, não é assistencialismo. É negócio. Mas um negócio voltado para a sustentabilidade, que deixa um legado de mão de obra qualificada na região após a obra”, explica Cardili. 🌱



www.odebrecht.com.br
www.santoantonioenergia.com.br

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

www.asplan.com.br

comercial.sp@asplan.com.br



Cada um colhe o que planta



Aron Belinky

aron@ecopress.org.br

Consultor especializado em sustentabilidade e responsabilidade social, é coordenador executivo da campanha TicTacTicTac no Brasil.

Das muitas lições que vão aparecendo conforme assentam a poeira e as emoções levantadas pela United Nations Climate Change Conference (mais conhecida como COP15), uma das mais evidentes é a confirmação do ditado que intitula este artigo. Por exemplo, o caso do Sr. Lars Rasmussen, primeiro-ministro da Dinamarca, que protagonizou alguns dos mais deploráveis lances do espetacular fiasco em que terminou a conferência do clima em Copenhague, COP15.

Há ampla convicção de que um dos elementos centrais para tal insucesso foi a postura autoritária e auto-centrada do responsável por presidir um evento dessa

importância. Quem ignora as regras do jogo e os processos democráticos estabelecidos por uma comunidade não pode esperar que o mesmo grupo endosse seus atos e decisões. Quem cultiva acordos em conchavos obscuros não irá colher o respaldo dos que duramente lavram consensos no campo aberto das Nações Unidas (ONU).

É nessa evidente morosidade e ineficácia dos processos da ONU que o presidente final da COP15 procurou justificar sua postura. Para salvar as aparências, preferiu montar um acordo rápido entre os atores principais a enfrentar o prenunciado vazio de conclusões em Copenhague. Afinal, era isso mesmo que poderia

resultar dos dois longos anos de reuniões preparatórias, uma torturante coleção de conversas ocas entre negociadores sem real poder. A bem da verdade, lembre-se que Rasmussen até tentou adiar ou esvaziar a COP15, avisando que dela não se podia esperar muito, dada a ineficácia do processo preparatório.

Foi impedido pela pressão da ciência e da sociedade civil, alertas para o fato de que o clima não espera e o tempo não para: TicTacTicTac. Melhor cair logo na realidade do que permanecer iludido. Apresentam-se aqui dois outros exemplos de plantio e colheita: o dos países-membro da ONU e o da sociedade civil planetária. No que tange aos primeiros, o que plantaram foi um processo ineficaz, os tais dois anos de preparo, que pouco ou nada prepararam. Burocratas e diplomatas agiram como lavradores irresponsáveis, fingindo que aravam quando apenas arranhavam a superfície dura de um enorme desafio. Pior fizeram os chefes de Estado e governo, seus pretensos líderes, que fingiam acreditar enquanto seus comandados fingiam que avançavam. Pior ainda se de fato acreditavam na farsa, ou se nem sequer prestavam atenção, surdos aos gritos da ciência e das precoces vítimas do clima, como se tudo ocorresse com a quietude das geleiras que derretem. Colheram retumbante fracasso.

Desmoralização pública gravada para a posteridade pelos milhões de registros e testemunhos dos dias da COP15: das duas semanas em que diplomatas irresponsáveis tentaram consertar dois anos de incúria. Dos dois dias em que políticos acuados tentaram, madrugada adentro, resolver problemas que pouco antes desprezaram. Das últimas horas, em que os pseudolíderes simplesmente fugiram da cena do crime, do plenário que

ridiculamente varou a noite para, pelo menos, arrumar a bagunça.

Mas alguém teve boa colheita: as centenas de organizações da sociedade civil, de todos os matizes: ambientais, sociais, religiosos, sindicais, empresariais, profissionais, acadêmicos. Esse diversificado e meio caótico grupo descobriu-se unido como nunca. Articulado como jamais se viu, superando diferenças individuais em prol de um objetivo comum. O mundo não será mais o mesmo após dezembro de 2009. E a razão para isso é o alerta que, graças a milhões de vozes, fez o tema das mudanças climáticas ser finalmente alçado ao *status* de emergência global, trazendo consigo as discussões sobre justiça social (agora climática) e o inexistente sistema de governança global.

Mesmo subestimada pelo noticiário, todos sentem ser essa a força por trás dos fatos que chegam à superfície da grande imprensa. Lembrando Caetano Veloso, é a *gente estrela, que se espanta à própria explosão*. E não vai parar por aqui: está apenas no começo.

Concluindo, e fazendo a devida homenagem aos cidadãos e cidadãs do mundo, lembro que houve algo de belo no reino da Dinamarca, como as 100 mil pessoas pacíficas, mas não passivas, marchando pelas ruas geladas no dia 12 de dezembro. É exceção que confirma a regra do plantio e colheita: mesmo plantando desorganização, desrespeito e brutalidade, os organizadores da COP15 não colheram a previsível reação violenta. Grata surpresa! Muitas sementes foram plantadas em Copenhague e no mundo todo. Cumpre agora a todos nós zelarmos por elas com carinho e cuidado, em nome do merecido futuro que colheremos. 🌱

o clima
não espera e
o tempo não para:
TicTacTicTac. Melhor
cair logo na realidade
do que permanecer
iludido.

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social

Link 
www.tictactictac.org.br





A Nova Lei de Incentivo ao Esporte

Lei possibilita excelentes oportunidades de financiamento para projetos sociais desportivos e paradesportivos



incentivo@email.com

Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor e empresas na área de incentivo fiscal e responsabilidade social; membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International (BWI).

Destinando parte do Imposto de Renda devido, pessoas físicas e jurídicas podem estimular o esporte no Brasil. Isso é possível desde a publicação da lei nº 11.438, cuja regulamentação ficou por conta do decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007. Com funcionamento semelhante ao da Lei Rouanet¹, o Ministério do Esporte objetiva principalmente à inclusão social, tendo como ferramenta a atividade desportiva e paradesportiva em comunidades de vulnerabilidade social.

Manifestações desportivas e paradesportivas passíveis de receberem o benefício

Segundo o decreto regulamentador, são três as manifestações reconhecidas:

1) **Participação:** atividades esportivas de caráter voluntário com o objetivo de desenvolver, entre os seus praticantes, o convívio social, a saúde, a educação e a consciência da proteção ao meio ambiente.

- 2) **Educacional:** a referência são todos os alunos regularmente matriculados em instituições de ensino de qualquer sistema, cujo objetivo fundamental é contribuir com o processo educativo do estudante.
- 3) **Rendimento:** destinado principalmente ao atleta ou atleta em formação. Isso não significa pagamento de remuneração a atletas profissionais, o que é expressamente vetado. Também é proibido o pagamento de quaisquer despesas para equipes profissionais de alto rendimento ou, ainda, em competições profissionais.

Principais captadores e desafios

Desde 2007, o total aprovado para captação é de R\$ 572.990.465,48, tendo sido captados R\$ 158.773.332,09 distribuídos em 409 projetos² para mais de 2 milhões de pessoas beneficiadas. Números nada desprezíveis para um ministério com orçamento anual, em 2009, de R\$ 1,4 bilhão.

Além disso, deve-se levar em consideração o enorme potencial de crescimento da captação de recursos,

na medida em que o desconhecimento da lei ainda é muito grande devido ao seu curto tempo de existência. Outro desafio é a concentração em seu uso, igualmente existente na cultura. Em 2008, dos 102 projetos que captaram, 50 estavam no Estado de São Paulo, nenhum na região Norte e apenas dois na Nordeste.

Entre alguns dos principais proponentes, ou seja, aqueles que apresentam os projetos e captam junto às empresas, estão o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), com R\$ 26,1 milhões; o São Paulo Futebol Clube, com mais de R\$ 19 milhões; o Minas Tênis Clube, com pouco mais de R\$ 10,3 milhões; o Esporte Clube Pinheiros, com quase R\$ 9 milhões; a Federação Paulista de Hipismo, com mais de R\$ 6,5 milhões; o Círculo Militar da Vila Militar, com quase R\$ 5,7 milhões; e a Confederação Brasileira de Golfe, com mais de R\$ 3,9 milhões. Há também outras dezenas de proponentes, entre eles: sindicatos, prefeituras, universidades, ONGs, movimentos sociais, secretarias de Estado, associações comerciais, federações e confederações de esportes.

Da mesma forma que a Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo ao Esporte precisa conseguir capilaridade em todo o território nacional e penetrar ainda mais no atendimento às organizações pertencentes e originárias de comunidades socialmente vulneráveis.

Exigências básicas para o proponente

O proponente deve estar com toda a documentação em dia. Entre elas, o estatuto e as certidões negativas federais, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Previdência Social. Deve, ainda, ser uma entidade sem fins econômicos e ter em seu estatuto, de maneira expressa, a finalidade esportiva, mesmo que seja um objetivo secundário. Por exemplo, não são somente os clubes esportivos ou outras entidades do gênero que estão aptos a pleitear os benefícios da lei. Uma ONG da área de habitação ou um sindicato de trabalhadores também pode, desde que tenha assegurada em seus estatutos a finalidade esportiva. Outro ponto importante é o fato de a entidade pleiteante ter de existir oficialmente há pelo menos um ano. O projeto também não pode ser destinado a um público restrito. Em sua proposta, o público atendido deve ser estendido à comunidade.

Exigências básicas, vantagens e números do financiador corporativo

O limite de abatimento é de 1% e somente para as empresas tributadas com base no lucro real. O financiador não pode beneficiar público com quem tenha vínculo direto nem deduzir o valor do apoio como despesa operacional

para fins de cálculo do Imposto de Renda. No entanto, o valor de apoio é deduzido integralmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, obviamente dentro do limite de 1%. Recupera-se, assim, 100% do valor patrocinado.

Entre as empresas que mais patrocinaram estão a Petrobrás, com quase R\$ 26 milhões; o Bradesco, com pouco mais de R\$ 25 milhões; além da Aços Villares, Banco BMG, Basf, Cemig, Chocolates Garoto, Colgate, Cosipa, CSN, Fiat, Gerdau, HSBC, IBM, Itaú, Mapfre, Mercedes Benz, Nestlé, Nokia, Porto Seguro, Siderúrgica Tubarão, Sul América Seguros, Telesp, Unilever, Usiminas, Volkswagen e Volvo.


Legislação pertinente e as leis estaduais

Tanto o proponente como o patrocinador e doador devem estar atentos às novas normatizações do Ministério do Esporte. A legislação fundamental que deve ser consultada e estudada é a seguinte:

- Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006
- Lei nº 11.472 de 2 de maio de 2007
- Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007
- Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009
- Portaria nº 120 de 3 de julho de 2009
- Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009
- Portaria nº 208 de 11 de novembro de 2009

Há também leis estaduais de incentivo ao esporte: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina fazem uso desse instrumento. Espírito Santo e São Paulo estão prestes a criar suas próprias legislações. Com mecanismos sempre semelhantes, a diferença refere-se ao abatimento de ICMS a pagar, e não ao Imposto de Renda. Outro item importante é a possibilidade de uso concomitante de uma lei estadual de incentivo fiscal ao esporte e da respectiva lei federal pelo mesmo projeto.

Orientações e dicas finais

Para a apresentação de um projeto, primeiro é necessário organizar toda a documentação exigida; fazer o cadastramento eletrônico do proponente no site do Ministério do Esporte; elaborar o projeto propriamente dito com comprovação de capacidade técnico-operativa, respectivos orçamentos e, por fim, elaborar o plano de captação de recursos. Sobre a elaboração do projeto, o ideal é sempre redigi-lo de forma simples, objetiva e enxuta, atendendo fielmente ao que pede a lei e entendendo os propósitos do Ministério do Esporte na execução da política pública que levou à criação da legislação de incentivo. 

Da mesma forma que a Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo ao Esporte precisa conseguir capilaridade em todo o território nacional

¹ Não é possível haver qualquer tipo de cobrança dos beneficiários, no caso da lei dos esportes.

² Dentre estes, há projetos com captação autorizada até o final de 2010.

Guinada para a sustentabilidade

Walmart muda sua visão de mundo, incorpora a sustentabilidade em seu negócio, ganha o reconhecimento da sociedade e abre caminho para uma economia baseada em novos valores

Por Dal Marcondes

Dez anos atrás, o próprio conceito de sustentabilidade não era amplamente assimilado. Tanto que o *Guia Exame de Sustentabilidade* – da revista *Exame*, uma das mais importantes no cenário empresarial – circulava anualmente ainda como *Guia de Boa Cidadania Corporativa*. Trata-se de um roteiro de boas ações muito mais focadas em filantropia do que em efetivo comprometimento com o negócio. No guia de boas ações lançado em 2000, dificilmente haveria lugar para a empresa que se destacou em 2009 como uma das líderes em sustentabilidade no Brasil e com iniciativas que servem de *benchmarking* para todo o planeta.

O Walmart, empresa escolhida pelo júri da *Exame* por meio de critérios elaborados pelo Centro de Estudos da Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, se olhou no espelho em 2005 e não gostou do que viu. Uma empresa despreparada para os grandes desafios sociais e ambientais do século 21. Naquele ano, o então presidente mundial da empresa, maior grupo de varejo do mundo, declarou sua angústia com o destino do negócio e o estado do mundo, e preparou o Walmart para uma das mais espetaculares viradas que uma empresa de atuação global já realizou.

Cinco anos depois, eleito pela *Exame* como Empresa Sustentável de 2009, o Walmart está fazendo transformações não apenas em seus processos de gestão e nos produtos que oferece aos clientes nas gôndolas de suas lojas; está influenciando a economia global e contaminando sua cadeia de valor com o vírus da sustentabilidade. No Brasil, a equipe do Walmart assumiu a responsabilidade de encarar um desafio de imensas proporções: estabelecer uma relação de legalidade absoluta com suas cadeias de valor relacionadas à Amazônia, principalmente seus fornecedores de carne bovina. Mas a história do namoro do Walmart Brasil

com a sustentabilidade não começa no boicote da carne vinda de áreas de desmatamento ilegal na Amazônia. Antes disso, a empresa já vinha ensaiando suas ações com apoio a projetos socioambientais na Amazônia, através de parcerias com ONGs, com o Instituto Peabiru e a Conservação Internacional, com o apoio a iniciativas em áreas de carência social no Nordeste e com o estabelecimento de metas claras e mensuráveis em relação ao consumo de água, energia e produção de resíduos.

Os passos da empresa pela trilha da sustentabilidade foram surgindo ao longo do tempo e se consolidando como estratégias transformadoras, tanto do Walmart quanto de seus parceiros e fornecedores. Algumas ações tiveram grande visibilidade, mais por sua relevância que por investimento em publicidade. É o caso da campanha Saco é um Saco, iniciada pelo Walmart em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e que foi adotada por outras empresas do varejo; é também o caso do boicote da carne de áreas desmatadas da Amazônia, que teve o inédito apoio do Greenpeace. Segundo o diretor da entidade no Brasil, Marcelo Furtado, o Walmart “é uma das poucas empresas para quem a necessidade de mudar foi compreendida”. E não apenas isso; segundo o presidente da empresa no Brasil, Hector Nuñez, “não é uma mudança apenas para ser legal, mas porque é a estratégia de negócio mais inteligente”.

Outras ações foram feitas nos alicerces da empresa, nas estruturas que sustentam o negócio: as pessoas. Uma parceria com o Instituto Akatu levou informações sobre consumo consciente para cerca de 72 mil colaboradores, o que desembocou em uma campanha interna para envolver os colaboradores em projetos pessoais de sustentabilidade. Na intranet da empresa já são contabilizados 42 mil projetos adotados por pessoas da organização. Outra ação de destaque é realizada com

pequenos fornecedores, principalmente produtores rurais com renda mensal baixa, que passam a receber do Walmart assistência técnica de agrônomos e atendimento direto para compras, sem passar por intermediários. Isso aumentou a renda desses parceiros.

Para enfrentar um dos fantasmas das ações sustentáveis – a falta de conhecimento sobre os temas que precisam ser trabalhados –, o Walmart decidiu realizar estudos sobre diversas de suas cadeias de valor. Para isso, contratou a Envolverde, que criou relatórios temáticos com as principais informações técnicas, econômicas, sociais e ambientais de algumas áreas fundamentais para a ação da empresa: Amazônia, embalagens e cadeias produtivas. Atualmente, a Envolverde está trabalhando em um novo relatório, sobre a cadeia de valor do pescado. Esses relatórios estabeleceram a base do diálogo sobre esses temas, possibilitando um avanço mais rápido no conhecimento e maior segurança nas decisões.


As ações da empresa saltaram para fora de sua área de influência direta e de interesse comercial objetivo. Desde 2007, o Walmart é membro do Fórum Amazônia Sustentável, e atualmente faz parte da Comissão Executiva da entidade, dividindo responsabilidades e decisões com importantes ONGs e empresas, como o Instituto Ethos, o Imazon, o Grupo de Trabalho Amazônico, a Vale, a Agropalma e outros. Esse Fórum discute políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, realiza eventos para construção de conhecimento sobre a região e propõe políticas públicas para os governos locais e Federal. É um comprometimento que vai muito além do negócio, estabelecendo um vínculo de responsabilidade com a sociedade e com as causas ambientais urgentes, como o aquecimento global e a preservação de biomas.

O ponto alto das ações do Walmart em 2009 foi uma grande reunião realizada em São Paulo, em junho, em que a alta direção da empresa no Brasil e na matriz recebeu presidentes de 20 grandes empresas para assumirem solidariamente compromissos com metas de sustentabilidade vinculadas à legalidade absoluta nas cadeias de valor da pecuária, da madeira e da soja, além de compromissos pela erradicação definitiva do trabalho escravo no Brasil, pela redução do uso de energia e água, e pela redução na geração de resíduos e sua destinação correta em sistemas de inclusão social e geração de renda. Assinaram o Pacto pela Sustentabilidade Walmart Brasil pesos pesados como Nestlé, Ambev, Unilever, Coca-Cola, 3M e muitos outros.

Divulgação



Loja do Walmart implanta princípios da sustentabilidade

A empresa certamente ainda é objeto de muitas críticas ao redor do mundo, e não está isenta de responsabilidades em relação a muitas delas. No entanto, quando a maior empresa de varejo do mundo começa a se mover em uma direção, isso não transforma apenas a empresa, mas toda a economia em direção a objetivos de sustentabilidade que podem ser dimensionados e ter resultados aferidos por indicadores. 

*Dal Marcondes é diretor de redação da Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.


www.envolverde.org.br

Chegou a hora do consumidor-cidadão?

A história da relação das marcas com o consumidor tem atravessado três fases distintas nos últimos 50 anos – passou de uma relação exclusivamente racional e funcional para, atualmente, uma de natureza ética e moral. Com essa transição, houve também uma transformação na abordagem do consumidor em relação às marcas: no passado, buscava-se apenas a satisfação das necessidades materiais específicas; hoje, buscam-se canais que preencham o indivíduo integralmente. Passa a ser fundamental conhecer bem o consumidor e manter um relacionamento consistente para permanecer no seu coração e na sua mente. Nasce a mobilização do consumidor como cidadão, já que este não apenas espera benefícios pessoais da sua relação com marcas e empresas, mas também a possibilidade de influenciar a vida cotidiana da comunidade onde mora pelo seu comportamento diante das empresas.

A razão

Inicialmente, a conexão apostou na razão: utilidade do produto, suas funções e características físicas, o quanto elas facilitavam a vida do indivíduo e atendiam suas necessidades concretas. Elementos que cimentaram a relevância dos produtos e a centralidade das marcas na vida pessoal do consumidor. Essa fase aconteceu junto à popularização do consumo de massa no início do século 20 e, principalmente, no pós-guerra. Assim, o carro e as marcas que os produziam se conectavam com o consumidor porque atendiam a necessidade de transporte rápido e eficiente e da perspectiva individual, sem se importar com outros atributos não racionais. A célebre máxima de Henry Ford, *“cliente pode ter o carro da cor que quiser, contanto que seja preto”*,

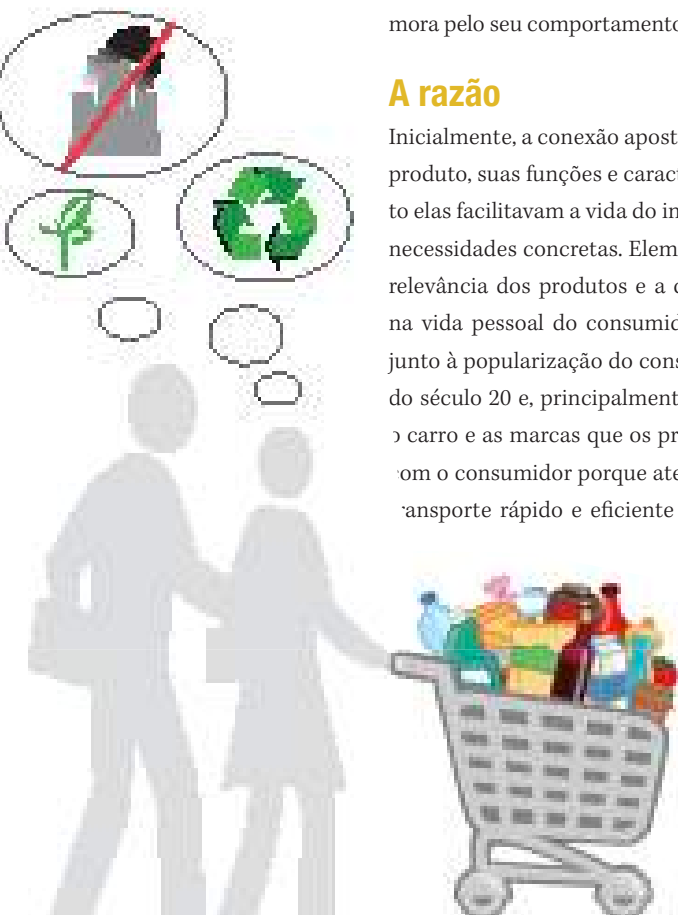
dizia respeito ao suposto automático de que o principal fator relevante na relação marca/consumidor era o de atender a necessidade do cliente, dentro de uma equação custo-benefício razoável.

A afetiva

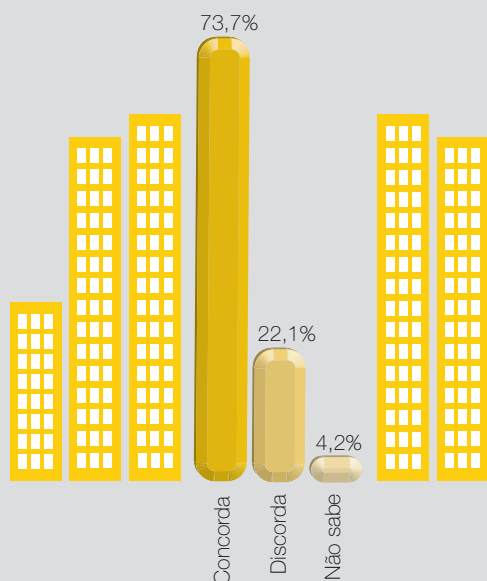
Na medida em que várias marcas passaram a competir para oferecer os mesmos produtos ao consumidor, dentro de uma mesma faixa de preço, características e/ou funções, os produtos se tornaram relativamente “commoditizados”, e a conexão com o consumidor ficou superficial; pior ainda, sob o risco de ser facilmente “sequestrada” por um concorrente com preço menor ou alguma função adicional. Nesse momento, muitas marcas partiram para uma conexão afetiva com o consumidor. Isso ocorreu nos anos 1960 e 1970, principalmente, dando lugar à onda emocional da relação marca/consumidor. Essa onda buscou o vínculo com base nas aspirações, valores e crenças do público. Surgem, assim, as marcas que apelam para a liberdade individual, a busca da felicidade e a satisfação imediata, ou que entregam segurança e *status*.

Ético-espiritual

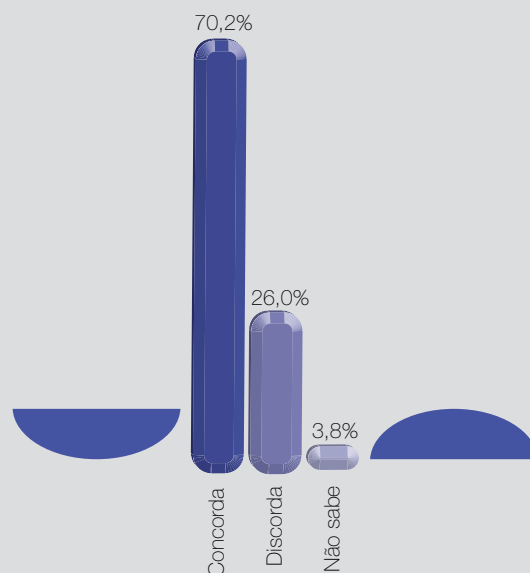
Os desafios não pararam. O acirramento da concorrência junto ao processo de globalização e a crise ambiental e social do ano 2000 em diante deram lugar à terceira onda de conexão: a fase do vínculo ético-espiritual entre marcas e consumidores, na qual as primeiras buscam se posicionar como atores de comportamento exemplar, decente, em sintonia com a demanda, não por maior bem-estar físico ou afetivo, mas também pela moral das pessoas. Por outro lado, o indivíduo passou a exigir um papel mais abrangente das empresas devido à sua decepção com o desempenho do governo em áreas públicas, como, por exemplo, para lidar com problemas sociais, proteger os direitos da população e cuidar do meio ambiente.



Como consumidor, posso influenciar para que uma empresa atue de forma responsável



Como cidadão, posso influenciar para que um governo atue de forma responsável



Estudo recente realizado pela Market Analysis faz uma análise comparativa na qual os entrevistados se colocam como consumidores e cidadãos, e aponta o grau de concordância de como acreditam no seu poder de influenciar o governo e as empresas para que tenham uma postura responsável. Fica claro o nível de compreensão do consumidor quanto ao seu poder de influência, pois, em ambos os casos, a maioria se expressou de forma positiva: 73,7% e 70,2% para consumidor e cidadão, respectivamente.

Os dados apontam, portanto, para uma maioria de brasileiros (quase seis em cada dez) que se sentem autoconfiantes diante das corporações e do governo e encaram ambas as esferas não apenas como relevantes para suas vidas, mas também convidativas como áreas para expressar seus valores e moldar um modelo de sociedade mais alinhado com suas expectativas.

Na medida em que o indivíduo reage com igual força diante de empresas e governo, pode se dizer que ele enxerga com igual importância seu papel como consumidor e cidadão. Mais ainda, essas funções ficam relacionadas e dependentes: sua vida como consumidor ultrapassa o simples ato da compra e de direitos à posse de um bem em troca de dinheiro, projetando uma preocupação pelos efeitos coletivos do consumo do produto adquirido e das ações da empresa que o fabrica. Por outro lado, a vida como cidadão passa a estar fortemente influenciada pela ética do consumo: o pagamento de impostos e a obediência às leis alimentam uma mentalidade de cobranças e exigências ao governo por serviços e resultados públicos de qualidade, assim como os indivíduos reagem quando compram produtos na loja. É a chegada do consumidor-cidadão. 🍌

Ficha técnica

Monitor de Responsabilidade Social 2009: entrevistas face a face realizadas com 805 consumidores adultos residentes em nove das principais capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Goiânia. Período: dezembro 2008 – fevereiro 2009. Margem de erro: $\pm 3,1\%$.



www.marketanalysis.com.br



info@marketanalysis.com.br



(48) 3234-8573



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Banco de dados do Instituto Azzi

O Instituto Azzi, que oferece treinamentos para a atuação na área social, possui um banco de dados sempre aberto a inscrições de projetos e organizações. Nele, investidores podem fazer consultas e encontrar projetos que lhe pareçam interessantes. Para se cadastrar, é preciso preencher um formulário com os dados básicos sobre a instituição. O link para o cadastro está disponível no site do instituto. Basta clicar em “Cadastre sua organização”.

 www.institutoazzi.org.br

Recursos na área cultural

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Programa para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (BNDES-Procult), que destinará R\$ 1 bilhão, até 2012, para financiar diversos projetos culturais. As prioridades são os segmentos de patrimônio cultural, audiovisual, música, jogos eletrônicos, fonográfico, editorial e espetáculos ao vivo. O programa é uma versão ampliada do atual Procult (Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual). Além de incluir novos segmentos culturais, o programa passa a dispor de três instrumentos financeiros: Financiamento Reembolsável (R\$ 500 milhões), Investimento de Renda Variável (R\$ 200 milhões) e Apoio Não Reembolsável (R\$ 300 milhões). O último está destinado exclusivamente à preservação e revitalização de patrimônio histórico brasileiro e pode ser proveniente de renúncia fiscal na base da Lei Rouanet.

 www.bndes.gov.br/cultura

Mostra de Tecnologias Sustentáveis 2010

Seguem abertas até 31 de janeiro as inscrições para a Mostra de Tecnologias Sustentáveis 2010, evento que acontecerá entre 11 e 14 de maio, em São Paulo, em paralelo à Conferência Internacional – Empresas e Responsabilidade Social. Organizada pelo Instituto Ethos. A mostra reunirá tecnologias sustentáveis com alto potencial e viabilidade de implantação. O visitante do evento poderá encontrar desde novas metodologias, técnicas e sistemas até processos e equipamentos desenvolvidos visando ao desenvolvimento sustentável. Essa é uma grande oportunidade de promover a interação entre diferentes tecnologias que podem ajudar a mudar o cenário atual.

 www.ethos.org.br/mostra2010

Radar

Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência

Ajudar a construir um país mais justo, inclusivo e democrático é a proposta de *Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência* (270 págs., download gratuito), de Andrea Schwarz e Jaques Haber. Fazer a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por sua eficiência e não por sua deficiência é, ainda hoje, o maior desafio. Para os autores, a principal barreira ainda é o preconceito. A obra reúne dicas sobre gerenciamento, modelos de questionário para entrevistas, sugestões de programas de inclusão social nas empresas e casos reais de pessoas que venceram as barreiras físicas e do preconceito e conquistaram importantes cargos em empresas privadas.

 www.isocial.com.br

Parcerias para a democratização da educação

As ONGs têm tido um papel cada vez mais significativo na defesa do direito à educação e na melhoria da escola pública. Mas a quem cabe a responsabilidade da educação no país? Como as ONGs se relacionam com a escola pública? Servindo-se de dados coletados em pesquisa realizada no Estado de São Paulo, Salette Valesan Camba responde a essas e outras questões, sob o ponto de vista de dirigentes das organizações. *ONGs e escolas públicas: uma relação em construção* (128 págs., R\$ 15) mostra como as parcerias estão se construindo e possibilitando o maior envolvimento da sociedade na democratização e na qualidade da educação.

 www.paulofreire.org

Responsabilidade social das empresas

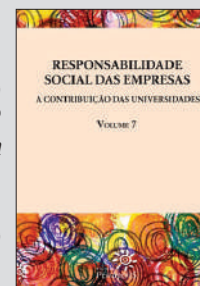
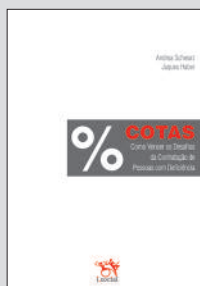
Com o objetivo de fomentar a discussão sobre a responsabilidade social nas universidades do país, o Instituto Ethos lançou, em parceria com a Editora Peirópolis, o 7º volume da obra *Responsabilidade social das empresas – a contribuição das universidades* (283 págs., R\$ 32). Com esse título, o Prêmio Ethos-Valor reforça ideais e caminhos, contribuindo para afirmar a responsabilidade social como um valor da empresa. São oito artigos que estimulam reflexões sobre a educação para a sustentabilidade e criam referência para ações educativas baseadas no pensamento sistêmico. O objetivo é a formação de um novo padrão civilizatório, encontrando caminhos que proponham uma educação que cultive uma visão de longo prazo nos jovens.

 www.editorapeiropolis.com.br

Estilos Sustentáveis de Vida

O Instituto Akatu pelo Consumo Consciente apresentou os resultados da pesquisa *Estilos Sustentáveis de Vida – Resultados de uma pesquisa com jovens brasileiros* (40 págs., download gratuito). Aplicada no Brasil pelo Instituto Akatu, em parceria com a Ipsos Public Affairs, a pesquisa mapeou o modo como os jovens percebem, imaginam e compartilham as práticas sustentáveis, e buscou, ainda, identificar como incorporar práticas sustentáveis ao estilo de vida desse público. A pesquisa faz parte de um mapeamento mundial, denominado *Global Survey on Sustainable Lifestyles*, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

 www.akatu.org.br



Fundo Brasil de Direitos Humanos

Seguem abertas até 23 de março as inscrições para o Fundo Brasil de Direitos Humanos 2010, que privilegiará iniciativas na área do combate à discriminação e à violência institucional. Podem concorrer projetos que tenham por objetivo combater a violência institucional e a discriminação, cujos custos sejam de, no mínimo, R\$ 10 mil e, no máximo, R\$ 25 mil. Será aceito apenas um projeto por organização. O formulário de inscrição e demais informações referentes ao prêmio estão disponíveis no site.

 www.fundodireitoshumanos.org.br

ONU lança campanha verde

Para comemorar seu 64º aniversário, as Nações Unidas estão empreendendo a campanha ONU Verde. A ideia é responder a pergunta "O que você está fazendo para cuidar do meio ambiente?" por meio de fotos e vídeos feitos a partir de celulares por jovens de todo o Brasil. Para participar é preciso fazer o cadastro no site e enviar fotos e/ou vídeos, acompanhados de um texto descritivo da ação com até cem palavras. Não há recompensa financeira e cada participante poderá concorrer com, no máximo, três fotos e um vídeo de 30 segundos. Os cinco vídeos vencedores serão veiculados pela MTV Brasil no dia 5 de junho de 2010 (Dia Mundial do Meio Ambiente). As inscrições podem ser feitas até 1º de junho de 2010.

 www.onuverde.org.br

Acesso gratuito a informativos sobre câncer e saúde

O Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira (Icesp), ligado à Secretaria de Estado da Saúde, disponibiliza gratuitamente para a população materiais informativos sobre câncer. Os conteúdos, que abordam temas como câncer de pele, de colo de útero, mama, pulmão, tabagismo, qualidade de vida e nutrição estão disponíveis no site do instituto. O principal objetivo dessa ação é orientar e alertar a população sobre a importância da detecção precoce, da adoção de um modo de vida mais saudável e da prevenção do câncer.

 www.icesp.org.br

Pnuma lança site em português

O escritório brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) lançou recentemente um site em português. Nele, o internauta pode encontrar informações sobre os programas apoiados e realizados pela entidade e notícias sobre temas ambientais. O novo site conta ainda com galeria de imagens, área de publicações especializadas e um espaço com oportunidades de emprego na ONU.

 www.pnuma.org.br

Centro Cultural do BID apoiará pequenos projetos

O Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (CID) está recebendo propostas para concessões de ajuda financeira em 2010 a projetos de desenvolvimento cultural de pequena escala. O encaminhamento às representações do CID nos 26 países da América Latina e do Caribe pode ser feito até 31 de janeiro. As doações, de US\$ 3 mil a US\$ 10 mil, serão concedidas a propostas que satisfaçam uma necessidade local, apoiem a excelência artística, estimulem a atividade econômica e social de maneira inovadora e contribuam para o desenvolvimento de valores culturais de jovens e da comunidade. Os projetos serão avaliados de acordo com sua viabilidade, alcance educativo, uso eficaz de recursos, capacidade de mobilizar recursos financeiros adicionais e impacto de longo prazo sobre a comunidade. O CID poderá financiar até dois terços de um projeto, enquanto as organizações locais proporcionarão o restante dos recursos.

 www.iadb.org



Petrobras lança mini-site sobre diversidade

Em 12 de dezembro, a Petrobras Distribuidora assinou o Termo de Compromisso da 3ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, iniciativa do Governo Federal que visa à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em empresas e instituições, ao combate à discriminação e ao desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Subsidiária da Petrobras, a BR se juntou à iniciativa em 2009, ratificando seu plano de ações apresentado em julho. No Portal BR está disponível um mini-site exclusivo sobre gênero e diversidade, que traz informações sobre os temas, o plano de ação da empresa, além de notícias e links importantes.

 www.br.com.br/diversidade

Brincando na Rede

Nem só de sistemas tecnológicos e normas se ocupam os técnicos de Segurança da Informação do Grupo Santander Brasil. Além de garantir a segurança dos dados dos clientes do Santander e do Real, a área está se dedicando cada vez mais ao uso da internet pela família. A cartilha *Segurança na Internet para Pais e Filhos*, disponível na intranet do Grupo, traz dicas sobre o tema, além de um glossário para ajudar os pais não tão familiarizados com a linguagem tecnológica. O banco também apoia o Movimento Criança Mais Segura na Internet, que acaba de lançar uma cartilha on-line de orientação para pais, professores e crianças. Pertencente ao Grupo Santander Brasil, o site infantil Brincando na Rede também é um veículo disseminador do movimento.

 www.brincandonarede.com.br
www.criancamaissegura.com.br

Janeiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
21	(Re)Estruturação de um departamento de captação de recursos e seus captadores	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
25 a 29	Fórum Social Mundial 2010	Porto Alegre/RS	Fórum Social Mundial	www.fsm10.org (51) 3224-2484
29	Elaboração de projetos sociais: planejamento e execução	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Fevereiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
05	Planejamento estratégico de projetos e atividades sociais para 2010	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
06	Treinamento vivencial: A magia do "em possível"	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	Contabilidade e gestão de igrejas e organizações religiosas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22 a 26	Imersão em Captação e Mobilização de Recursos	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Março

Dia	Evento	Local	Realização	Info
01	Advocacia Prática nos Direitos dos Homoafetivos: Gestão Pública e Privada; Direito Comparado; Perspectivas dos Poderes Legislativo e Executivo e o Terceiro Setor diante dos Direitos LGBT (Módulo I)	São Paulo/SP	OAB-SP	www.oabsp.org.br (11) 2155-3737
02	Terceiro Setor: Aspectos Institucionais e Legais (Módulo I)	São Paulo/SP	OAB-SP	www.oabsp.org.br (11) 2155-3737
10 e 11	Beleza Sustentável 2010	São Paulo/SP	Ambiente Global	www.bezasustentavel.com.br (11) 5051-1645
12	Treinamento vivencial: A magia do "em possível"	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Estratégias em marketing digital para projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23	Direito Ambiental	São Paulo/SP	OAB-SP	www.oabsp.org.br (11) 2155-3737
30 e 31	Comunicação e Sustentabilidade	São Paulo/SP	Aberje	www.aberje.com.br (11) 3662-3990



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Abril

Dia	Evento	Local	Realização	Info
7 a 10	6º Congresso Gife sobre Investimento Social Privado – Visões para 2020	Rio de Janeiro/RJ	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - Gife	http://site.gife.org.br/congresso
13	Terceiro Setor: Aspectos Institucionais e Legais (Módulo II)	São Paulo/SP	OAB-SP	www.oabsp.org.br (11) 2155-3737

Maio

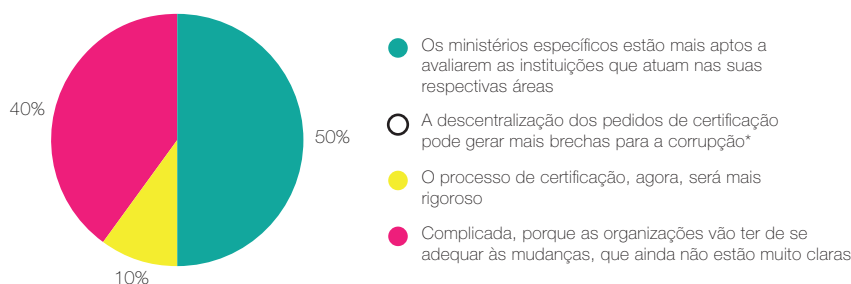
Dia	Evento	Local	Realização	Info
11 a 14	Conferência Internacional Ethos 2009	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br/ci2010 (11) 3897-2444
11 a 14	Mostra de Tecnologias Sustentáveis 2010	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br/mostra2010 (11) 3897-2444
20 a 22	IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (IV Abrapcorp 2010)	Porto Alegre/RS	Abrapcorp	www.abrapcorp.org.br

Junho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
22 a 24	Ambiental Expo 2010	São Paulo/SP	Reed Exhibitions Alcântara Machado	www.ambientalexpo.com.br (11) 3060-4954

ENQUETE

Qual é a sua opinião sobre a Nova Lei da Filantropia, que direciona os pedidos de certificação para os Ministérios da Saúde, Educação e Assistência Social



*Alternativas não obtiveram votos

O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico.

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF

Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195

Divulgação



Esculturas expostas no Salão do Encontro

Salão do Encontro

O Serviço Assistencial Salão do Encontro é uma organização de direito privado e sem fins lucrativos que promove a cidadania por meio da arte. Em 39 anos de atuação, a entidade busca a erradicação da pobreza e a dignidade de vida oferecendo educação, capacitação, cuidados com a saúde e moradia à população carente da cidade de Betim, em Minas Gerais. Entre os dias 10 de dezembro de 2009 e 10 de janeiro de 2010, a ONG realizou sua exposição de Natal no showroom da entidade. Foram expostos diversos tipos de produtos, como peças em crochê e tricô, esculturas, móveis, itens de decoração e brinquedos. A verba obtida com a comercialização dos produtos foi integralmente revertida para a manutenção dos projetos desenvolvidos pela instituição.

 www.salaadoencontro.org.br



Marjorie Sommerschen

Cooperativa de Arte Alternativa e Coleta Seletiva

Mais de 50 mil garrafas Pet e centenas de embalagens de produtos de limpeza foram os principais materiais que se transformaram em adereços natalinos na decoração do Conjunto Nacional, em São Paulo, em 2009. A fachada externa do edifício foi revestida com 24 arcos de 8 metros de altura, fabricados com 32 mil garrafas Pet. A utilização de produtos recicláveis na decoração natalina do Conjunto Nacional, nos últimos nove anos, imprime um caráter brasileiro com responsabilidade social. Entre os dias 8 a 18 de dezembro, os visitantes do edifício também tiveram a oportunidade de confeccionar e adquirir brinquedos produzidos pela Cooperativa de Arte Alternativa e Coleta Seletiva (Cooperaacs). O objetivo do Natal Nacional 2009 foi propiciar às crianças um presente de Natal que transmita a preocupação com o futuro do planeta.

 www.cooperaacs.org.br
www.natalnacional.com.br

Brinquedos feitos de garrafa PET





Água perfumada para ambientes, da Apoema

ONG Rancho dos Gnomos

Pertencente ao Grupo Iah Cosmetics, a Apoema chega ao mercado brasileiro da beleza com inovação e consciência ambiental. Em novembro passado, a empresa promoveu o lançamento da linha Fruits, produzida com ingredientes naturais, que une cuidados com o corpo e o meio ambiente, e fez o anúncio de parcerias com entidades filantrópicas socioambientais. Na ocasião, a marca mostrou sua nova linha de produtos e divulgou o trabalho da ONG Rancho dos Gnomos, uma reserva ecológica para animais silvestres em situação de risco. A criação de um produto socioambiental exclusivo, a Água Perfumada para Ambientes Capim Santo, e a inserção do selo Preserve Essa Pegada foram algumas das ações da Apoema em prol da instituição. O selo firma o compromisso da empresa com o meio ambiente, destacando que, na fabricação, os produtos não são testados em animais. A renda obtida com a venda dos produtos que levam o selo será revertida para o Rancho dos Gnomos.

 www.iahcosmetics.com.br

 www.ranchodosgnomos.org.br

Divulgação



Artesanato confeccionado na AACD

Associação de Assistência à Criança Deficiente

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) promoveu, em dezembro, sua feira de artesanato, cujo objetivo foi arrecadar recursos para os pacientes da instituição. Foram comercializados diversos produtos, como porta-joias, porta-retratos, bordados, tricô, crochê, trufas e pão de mel, a preços que variaram de R\$ 0,50 a R\$ 100. Além de proporcionar a oportunidade de compra de produtos sociais, a iniciativa visa a estimular a criatividade dos pacientes da AACD, promovendo a reinserção no mercado de trabalho. Todos os produtos foram confeccionados artesanalmente por pacientes da instituição. As atividades com artesanato, desenvolvidas constantemente pela entidade, ajudam a fortalecer a autoestima e a autoconfiança dos deficientes físicos, possibilitando melhor qualidade de vida e satisfação pessoal.

 www.aacd.org.br



Acordos despertos



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Poucos, pouquíssimos momentos têm cheiro e sabor de unidade global como as festas de final de ano. À parte diferenças de crenças e calendários que não compartilham as mesmas datas e personagens, as festas natalinas e a transição de ano aproximam as pessoas, ainda que sem grandes transformações no porvir imediato.

Acordo. Acordo. Duas palavras iguais, diferentes e novamente iguais. Como não têm acentos que as diferenciem, as duas palavras são escritas de forma idêntica. Para gastar o que acabei de pesquisar e aprender, são palavras homógrafas, pois têm a mesma grafia com sons diferentes. O que mais interessa por aqui, contudo, é que os seus significados, ainda que diversos, podem se relacionar de forma umbilical.

Que venha ao baile um mestre do acordeon, senhor Luiz Gonzaga: *“é do caboclo que vive com a enxada na mão, trabalhando o dia inteiro com a maior diversão, sem invejar a ninguém, satisfeito a trabalhar, cada vez mais animado, esse teu suor pingado, grandeza e honra te dá”*.

Acordar, despertar, para então estabelecer e reconhecer acordos, tratados, bulas individuais. As bulas dos remédios devem ser cada vez mais legíveis, rege a legislação. À bula individual – de redação intransferível, por sinal – deve se acrescentar ainda mais clareza, mãos apertadas do ser desperto com seus objetivos.

Aperto de mãos firmando acordos conscientes, ainda que impermanentes como a vida. Imagens fortes. Casais em uma igreja selando a cerimônia matrimonial: até a eternidade, enquanto ela durar (salve, Poetinha). Patrão e empregado que se escolhem: sejamos bem-vindos aos nossos desafios, pelo tempo que nos e os suportarmos. Amigos que se reencontram: toca aqui, mano velho, quantas saudades e confissões! Esportistas ao final de um jogo, apenas o epílogo de meses de treinamentos exaustivos: mãos coletivas extravasando as superações individuais. Na hora de comungar, palmas em concha recebendo o corpo de Cristo: renovação da fé nas vísceras de quem crê.

“Se você acha que pode ou que não pode, em ambos os casos está certo”. H. Ford

A potência do acordo é diretamente proporcional à consciência de quem o estabelece, especialmente quando a proposta é íntima. Uma armadilha observada amiúde é a confusão entre o unir das mãos em sinal de acordo e o acorrentar das mesmas em sinal de intransigência e posse. A consciência – olhe por ela – é fundamental para fortalecer os acordos, assim como gerar coragem para os ajustes necessários, ainda que dolorosos. O pior do humano acontece quando ele se aprisiona, em desacordo com o seu potencial criativo, tal qual no Mito da Caverna, de Platão. Vem a sensação de mãos se soltando, como nas cenas cinematográficas em que alguém está para cair em um abismo e alguém tenta ajudar. Quando não há acordos despertos conosco e com os outros, está anunciada a queda. Profundo vazio interior. Queda livre, presa.

Argumentos e comprovações biográficas não faltam para reiterar a tese de que conquista – e se conquista – cada vez mais quem caminha desperto, atento à missão. Não se trata de fanatismo intransigente, peso existencial, fardo às costas, pés rastejantes, ó céus, ó azar. É o caminho da coerência que se estabelece para quem está às claras com suas propostas, bússolas individuais. O filósofo e educador Mário Sérgio Cortella propõe de forma interessante que tenhamos “generosidade mental, ensinando o que sabemos; honestidade moral, fazendo o que ensinamos; e humildade inteligente, aprendendo o que ainda não sabemos.”

“Eu decidi há muito tempo não caminhar à sombra de ninguém. Se eu fracassar ou tiver sucesso, terei vivido do jeito que acredito. Não importa o que tirem de mim, não podem tirar a minha dignidade”. Whitney Houston

Tantos desejos possíveis com a chegada do novo ano. Troco todos pela clareza no que firmo comigo e com o mundo. Mais atitudes nutritivas e menos coices tóxicos. Mais neurotransmissores e menos radicais livres. Mais beijos e abraços e menos verbos errados. Mais propostas que justificativas. Mais caminhadas e menos televisão. Mais ética que covardia. Mais vida que sobrevida. São os meus votos a quem está acordado e a minha torcida para quem ainda dorme.

Acreditamos no aprimoramento das Entidades como fator de desenvolvimento do Terceiro Setor.

Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

**AUDITORIA EXTERNA DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E SAÚDE.
AUDITORIA DE RECURSOS ESPECÍFICOS
CONSULTORIA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E ESPECÍFICAS
CONSULTORIA CONTÁBIL E FILANTRÓPICA**



AUDISA
AUDITORES ASSOCIADOS

www.audisaauditores.com.br

TRABALHANDO PARA QUE O TERCEIRO SETOR FAÇA BEM A SUA PARTE

MATRIZ - São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B
Perdizes - 01155-040
Fone: (11) 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Praia de Botafogo 501 1º Andar - Bloco 1
Torre Pão de Açúcar- 22250-040
Fone/Fax: (21) 2586-6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av. Getúlio Vargas, 901 - cjo-1504
Menino Deus - 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/104
Boa Viagem - 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br

São Paulo-SP

29 de janeiro

**Elaboração de projetos sociais:
planejamento e execução**

Carol Zanoti

5 de fevereiro

**Planejamento estratégico de
projetos e atividades sociais
para 2010 (ainda dá tempo!)**

Danilo Brandani Tiisel, Michel Freller

6 de fevereiro

**Treinamento vivencial: A magia
do “em possível”**

Rafael Baltresca

11 de fevereiro

**Contabilidade e gestão
de igrejas e organizações
religiosas**

Sérgio Roberto Monello,
Marcelo Roberto Monello

19 de fevereiro

**Captação de diferentes
recursos para organizações
sem fins lucrativos**

Marcelo Estraviz

22 a 26 de fevereiro

**Imersão em captação e
mobilização de recursos**

Carol Zanoti, Felipe Mello, Marcelo Estraviz,
Marcio Zeppelini, Michel Freller e
Rodrigo Alvarez

5 de março

**Captação de recursos por meio
de incentivos fiscais**

Danilo Brandani Tiisel, Michel Freller

12 de março

**Treinamento vivencial: A magia
do “em possível”**

Rafael Baltresca

19 de março

**Estratégias em marketing
digital para projetos sociais**

Marcelo Estraviz, Volney Faustini

Treinamentos em Gestão Social



diálogo
social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social